



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**PLANO PLURIANUAL
2004-2007**

PROJETO DE LEI DE REVISÃO

VOLUME II

ANEXOS IV e V

**Brasília
2004**

ANEXO IV

Justificativas da Proposta de Revisão do Plano Plurianual 2004/2007

I. Introdução

Em atendimento ao disposto no artigo 5º § 4º da Lei nº 10.933, que institui o Plano Plurianual 2004/2007, o presente Anexo IV apresenta as justificativas para as propostas de inclusão, exclusão ou de alteração de programas constantes do Anexo II da mesma Lei. As propostas são regidas pelo princípio do planejamento moderno de aperfeiçoamento contínuo da programação, no sentido de adequá-la às transformações sociais e assegurar maior transparência e controle da sociedade sobre a ação governamental.

As propostas de alteração a serem procedidas no Plano Plurianual 2004-2007, necessárias para garantir a manutenção da qualidade de seus programas estão dispostas da forma seguinte:

- a) A exclusão de 17 programas apresentados no Anexo I;
- b) A inclusão de 18 programas apresentados no Anexo II;
- c) A alteração em 347 programas apresentados no Anexo III.

Conforme o disposto no artigo 5º § 5º da Lei nº 10.933 as justificativas de programas excluídos apresentam as razões da exclusão e os possíveis impactos nos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual. Os programas incluídos e alterados, expostos no Anexo II a esta Lei, apresentam o diagnóstico do problema a ser enfrentado ou demanda da sociedade a ser atendida, bem como sua compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano.

O impacto financeiro e a exeqüibilidade fiscal das inclusões e alterações do conjunto de programas são justificados no item que se segue.

II. Dos impactos financeiros e da exeqüibilidade fiscal das inclusões e alterações de programas

A economia brasileira vem apresentando resultados próximos aos referenciais lançados no Plano Plurianual, como pode ser verificado no Quadro I. O desempenho do primeiro semestre aponta para uma retomada consistente do crescimento econômico com manutenção das taxas de inflação dentro das metas estabelecidas e com uma perspectiva de trajetória declinante, a despeito da ampliação dos preços do petróleo e das pequenas variações da taxa de câmbio. O excepcional resultado nas exportações e no saldo comercial vem reduzindo as pressões cambiais e a vulnerabilidade externa.

Quadro I

Principais Variáveis Macroeconômicas - Revisão PPA 2004-2007

	2004		2005		2006		2007	
	PPA	Revisão	PPA	Revisão	PPA	Revisão	PPA	Revisão
Cresc. do PIB Real (%)	4,0	3,8	4,5	4,0	5,0	4,5	5,5	5,0
IPCA (%)	5,5	6,7	4,5	4,5	4,0	4,5	4,0	4,0
Tx de Câmbio R\$/US\$ (Valor ao final do período)	3,51	3,1	3,64	3,24	3,75	3,39	3,86	3,54

Estes resultados, contudo, têm influências significativas no comportamento das contas públicas que merecem destaque. As receitas orçamentárias vêm obtendo, ao longo de 2004, particularmente no que diz respeito às receitas não administradas e à arrecadação previdenciária, um desempenho superior ao previsto originalmente no Plano Plurianual. Este desempenho permitiu uma reestimativa de receitas disponíveis mais do que suficiente para compensar o acréscimo de recursos proporcionado pelas inclusões de novos programas e alterações de ações. O Quadro II com as novas estimativas de receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compatível com a trajetória de resultado primário de 2,45% para o Governo Central é apresentado a seguir.

Quadro II

PPA 2004-2007

REESTIMATIVA DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA NÃO - FINANCEIRA

	Lei (a)	Revisão (b)	Diferença (b)-(a)
I - Receita Total	1.913.228,9	1.915.008,0	1.779,1
I.1 Receita Administrada	1.320.782,1	1.278.750,6	-42.031,5
I.2 Arrecadação Líquida do INSS	434.355,2	447.286,8	12.931,6
I.3 Receitas Não-Administradas	158.091,6	183.029,8	24.938,2
II - Transferências a Estados e Municípios	314.049,3	294.113,1	-19.936,3
III - Receita Líquida	1.599.180,2	1.620.894,9	21.714,7

As despesas do orçamento de investimento das estatais apresentaram um incremento líquido de R\$ 6,3 bilhões, valor compatível com a meta de 0,7% do PIB para os anos 2005, 2006 e 2007 previstas na LDO 2005.

Os programas contidos nos Anexos I, II e III a esta Lei contemplam um conjunto de alterações que resultaram numa ampliação das estimativas de dispêndios dos orçamentos fiscal, da seguridade social e das empresas estatais no período 2004-2007 da ordem de R\$ 7,1 bilhões, dos quais R\$ 6,3 bilhões se referem ao orçamento de investimento das estatais e R\$ 0,8 bilhões aos demais, conforme expresso no Quadro III.

Quadro III

Dispêndios Consolidados

(Em R\$ Bilhões)

Orçamento / Natureza da Despesa	LEI (a)	REVISÃO (b)	Diferença (b)-(a)
Orçamento Fiscal/Seguridade	1.403,1	1.403,9	0,8
Despesa Corrente	1.269,8	1.287,5	17,7
Despesa de Capital	133,3	116,4	(16,9)
Investimento das Estatais	143,6	149,9	6,3
TOTAL	1.546,7	1.553,9	7,2

Os programas e ações incluídos ou com acréscimo de valores somaram R\$ 157,2 bilhões. Houve cancelamentos compensatórios da ordem de R\$ 150 bilhões dos recursos totais previstos na Lei.

Quadro IV

Fontes e Aplicação dos Recursos Orçamentários

(Em R\$ bilhões)

Origem		Aplicação	
Ações excluídas ou com redução de recursos	150,0	Ações Incluídas ou com acréscimo de valores	157,2
Recursos Disponíveis para Programação	7,2		
Total	157,2	Total	157,2

Todos os recursos de programas incluídos e as alterações das estimativas de valor dos programas já existentes encontram-se limitados pela projeção atualizada da receita e pelas metas de resultado primário fixadas na LDO 2005, que mantém as metas referenciais do PPA 2004-2007.

III. Problema a ser enfrentado ou demanda da sociedade a ser atendida e demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

0352 - Abastecimento Agroalimentar

Problema:

É importante aproveitar as oportunidades em relação à demanda por produtos diferenciados de leite, carne, pele e lã de caprinos e ovinos com qualidade superior, pelos mercados interno e externo, e à diversidade de espécies animais com potencial de domesticação e de exploração econômica racional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para melhor enfrentamento do problema houve uma alteração no objetivo do programa, que mudou de “elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas” para “elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas”. O programa continua compatível com o desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais. A exemplo dos programas que se prestam ao desenvolvimento da criação de outras espécies animais de interesse econômico, o que se pretende é particularizar no objetivo um instrumento por meio do qual a produtividade deverá ser promovida - a defesa zoossanitária. Os recursos para tanto já estão consignados em ações próprias e trata-se apenas de melhor visualização do importante papel do Estado, especialmente em cadeias produtivas tão sensíveis a importantes zoonoses que podem acometer o rebanho nacional, como a febre aftosa, para o quê os animais de porte médio servem como termômetro para detecção do surgimento de focos que podem comprometer a criação de outros grupos de animais, como bovinos e bubalinos.

0274 - Abastecimento de Energia Elétrica

Problema:

É frágil o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, com potencial risco de desequilíbrio. Há necessidade de identificação dos potenciais hidrelétricos, visando à expansão da oferta de energia, e de supervisão dos sistemas elétricos, mediante avaliação do desempenho e o desenvolvimento de ferramentas para detectar sinais de alerta de risco de desabastecimento.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alterações no título da ação 4697, que passou para “Autorização e Concessão de Geração de Energia Elétrica”. As mudanças nos atributos das ações visam fortalecer sua compatibilidade com o objetivo do programa. O programa objetiva assegurar condições para o pleno atendimento de energia elétrica aos consumidores e está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0271 - Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível

Problema:

É necessário assegurar a operacionalidade dos instrumentos legais que deveriam assegurar o abastecimento de petróleo e seus derivados dentro das condições previstas pela política energética nacional, estabelecida a partir da flexibilização do monopólio com a promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478/97.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4267 – Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural e Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível teve seu título alterado para 6596 – Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural. As demais alterações nos atributos visam o aperfeiçoamento das ações e do programa.

O programa visa garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo território nacional e está compatível particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1049 - Acesso à Alimentação

Problema:

O programa visa enfrentar o problema da insegurança alimentar e nutricional (falta de acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana) de parte da população, em especial, mas não exclusivamente, aquelas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A baixa intersetorialidade do programa não refletia o nível de articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com os parceiros, tornando-se necessária a migração e/ou criação de ações para dar maior transparência à sociedade do que está sendo feito para combater a insegurança alimentar e nutricional. Para proporcionar maior consistência ao programa, foram incorporadas as ações dos programas 1051 - Banco de Alimentos e 1048 - Educação para Alimentação Saudável. Em relação ao indicador "Taxa de segurança alimentar", houve necessidade de se ajustar a fórmula de cálculo de "Relação percentual entre o número de famílias pobres atendidas pelo programa e o total da população" para "Relação percentual entre o número de famílias pobres atendidas anualmente pelo programa e o total da população com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo". Obtém-se, assim, um indicador que melhor reflete o público-alvo atendido. Alterou-se também a fonte de obtenção de dados para cálculo do indicador.

O programa está vinculado ao desafio de combater a fome visando a sua

erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania.

Para tal, são executadas ações relativas a bancos de alimentos, a restaurantes populares, à educação alimentar, à distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, entre outras. Além disso, o programa visa enfrentar o problema viabilizando o acesso à água em áreas do semi-árido. As diretrizes relacionadas são as descritas a seguir: garantia de acesso a alimentos, em quantidade e qualidade, aos grupos sociais em situação de risco alimentar, por meio de transferência de renda e, excepcionalmente, em espécie; combate ao desperdício na produção, armazenamento, transporte, comercialização e consumo de alimentos; promoção de ações emergenciais associadas a iniciativas estruturantes de segurança alimentar, econômica e ambientalmente sustentáveis; promoção da educação alimentar da população, contextualizada cultural e regionalmente, e valorização das características regionais no consumo e no abastecimento alimentar em âmbito local.

0621 - Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Problema:

Para o cumprimento da missão constitucional determinada pelo artigo 142 da Constituição Federal, ou seja, de defesa da pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, torna-se necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos necessários adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do país.

O objetivo específico deste programa é o de preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacional; neste contexto, foi necessário o ajuste do índice de referência do indicador "Taxa de esforço aéreo", que foi alterado de 100% para 75%.

0622 - Adestramento e Operações Militares da Marinha

Problema:

Para o cumprimento da missão constitucional determinada pelo artigo 142 da Constituição Federal, ou seja, de defesa da pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, torna-se necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos necessários adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do país.

O objetivo específico deste programa é o de preparar o poder naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 2862 - Ações Cívico-Sociais foi transferida para o programa 1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil. Foi, também, necessário o aperfeiçoamento textual de atributos, tais como objetivos e justificativas. Por fim, cabe mencionar que a ação 2449 - Doutrina e Estratégia Militar foi excluída, em virtude do encerramento desta atividade. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacional.

0770 - Administração Tributária e Aduaneira

Problema:

Possibilitar a arrecadação de recursos para financiamento das ações do Estado, por meio da aplicação da legislação tributária vigente, de forma que a carga tributária (volume arrecadado/PIB) expresse o volume de recursos necessários para o bem estar da sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas ações padronizadas, e na ação 2248 – Sistema Informatizado da Secretaria da Receita Federal foi alterado o valor financeiro para adequação das metas. Também nessa ação a unidade de medida passou de “gigabyte” para “unidade”, preservando a compatibilidade com o desafio do PPA de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego.

1102 – Agenda 21

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais teve sua meta financeira ampliada de R\$11,0 milhões para R\$14,1 milhões, no período do Plano, contribuindo ainda mais para o alcance do desafio de melhorar a gestão e a

qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0351 - Agricultura Familiar - PRONAF

Problema:

É necessário fortalecer a agricultura familiar, promovendo a inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Seu problema tem origem na exclusão dessa classe de produtores das políticas públicas dirigidas ao meio rural, quer sejam estas de caráter produtivo ou social. A implementação do PRONAF tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda, emprego e exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, infra-estrutura produtiva, habitação, saúde, educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Do aprofundamento das discussões referentes à agricultura familiar no Brasil surgiu a percepção de que o desenho proposto, quando cotejado com as ações de outros programas, poderia ser aperfeiçoado de modo a otimizar a atuação do governo federal sobre o tema; assim, a ação 0620 - Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agricultura Familiar foi alocada ao Programa 1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais em virtude do fato de o produto gerado pela execução da ação trazer uma contribuição muito mais efetiva para este programa, e a ação 001T - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas foi alocada ao programa Brasil Quilombola, visando atender a nova demanda da criação de um programa específico para tais comunidades. O produto e alguns atributos da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 2003) foram alterados para melhor qualificar seus resultados. Por não se mostrarem adequados a aferir os resultados do novo desenho do programa, os indicadores “Taxa de atendimento a unidades familiares de produção” e “Taxa de consolidação da agricultura familiar” foram excluídos; além disso, o índice de referência do indicador “Taxa de atendimento aos usuários do Pronaf - Linha D” foi corrigido em razão de novo cálculo efetuado. Assim, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dafo-climáticas nas diferentes regiões do país.

1215 – Alimentação Saudável

Problema:

São inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas. Dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (1996) indicam que 10,5% das crianças brasileiras apresentavam *déficit* de altura e que a prevalência desta condição variava notavelmente entre as regiões brasileiras (entre 5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste). Um ponto prioritário está relacionado às deficiências de micronutrientes. A deficiência de vitamina A constitui problema endêmico em grandes espaços das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. No tocante à deficiência de ferro, a anemia configura-se problema nutricional de maior magnitude no País, acometendo sobretudo mulheres no período fértil e crianças menores de dois anos de idade. Estima-se que, de cada dez gestantes que fazem o pré-natal, três são anêmicas, sendo bem maior a proporção entre crianças (50% ou mais). Quanto ao bócio e outros distúrbios decorrentes da deficiência de iodo, considera-se que representam também grave problema, inclusive pelo risco de associação com o cretinismo e a surdo-mudez irreversíveis.

Ao lado do quadro carencial, observa-se no Brasil a evolução epidêmica da obesidade, das dislipidemias e suas relações com as doenças cardiovasculares, que representam a principal causa de morte e de incapacidade na vida adulta e na velhice. São responsáveis por 34% de todas as causas de óbito, estando relacionadas, em grande parte, com a obesidade e com práticas alimentares e estilos de vida inadequados.

A população adulta brasileira vem apresentando um aumento na prevalência de excesso de peso importante: cerca de 32% têm algum grau de excesso de peso; destes, 6,8 milhões (8%) possuem obesidade, com predomínio entre as mulheres (70%). A prevalência ainda se acentua com a idade, atingindo um valor maior na faixa etária de 45 – 54 anos (37% entre homens e 55% entre mulheres). O aumento da prevalência da obesidade no Brasil torna-se ainda mais relevante ao se considerar que este aumento, apesar de estar distribuído em todas as regiões e nos diferentes estratos socioeconômicos, é proporcionalmente mais elevado nas famílias de baixa renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa contou com a incorporação de três novos indicadores, imprescindíveis para a verificação dos resultados a serem alcançados como conseqüência da execução do conjunto de suas ações. Além disso, houve alteração em uma ação quanto ao seu tipo, deixando de ser classificada como operação especial e tornando-se uma atividade, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

As ações também foram ajustadas quanto à sua forma de implementação e uma das medidas essenciais nesse contexto consistirá no monitoramento da situação alimentar nutricional, com o fortalecimento e a consolidação da vigilância

alimentar nutricional, integrante do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Esse monitoramento deverá ser capaz de indicar, de forma oportuna, as intervenções que se fizerem necessárias. O setor saúde manterá também a sua participação ativa nas medidas voltadas ao combate à fome no país, apoiando inclusive a implementação do Bolsa Família - sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – e promovendo o envolvimento contínuo do SUS. Nesse particular, cabe destacar o acompanhamento do cumprimento da agenda de compromissos do setor saúde – uma das condicionalidades do Bolsa Família, - representados pelo pré-natal, vigilância alimentar e nutricional, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e a vacinação em dia de crianças e gestantes. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0502 - Amazônia Sustentável

Problema:

A expansão das atividades produtivas em bases não sustentáveis nos Estados compreendidos pela Amazônia Legal vem comprometendo os recursos naturais e os diferentes ecossistemas existentes na Região, evidenciando um quadro de destruição das florestas tropicais brasileiras.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa foi alterado com as ações Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto) e Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia sendo absorvidas pelos programas Comunidades Tradicionais e Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, respectivamente, por se adequarem melhor aos objetivos desses programas. O indicador do programa estará sendo construído. Para isso, contará com recursos orçamentários alocados na ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do programa Gestão da Política de Meio Ambiente.

As alterações deste programa não afetam o alcance do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0781 - Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Problema:

Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram alterados os valores para o período na ação 3324 – Modernização de Agências, a fim de se adequar às metas, sem efeito sobre a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos pelo programa em relação ao PPA.

1279 – Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Problema:

O nível de informação da opinião pública do país sobre as questões referentes à inserção internacional do Brasil e à fundamentação das posições adotadas pela diplomacia brasileira mostra-se aquém do desejado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação padronizada 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, o que não afeta a compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

0750 - Apoio Administrativo

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa de Apoio Administrativo, que agrega, em geral, despesas não passíveis de incorporação em ações finalísticas do órgão, relacionadas a serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, bem como demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da instituição.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída no programa a ação 8567 – Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art. 65), que trata de transferência da União a Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Além disso, foram realizados ajustes nas metas físicas e financeiras das ações 2833 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores de Extintos Estados e Territórios, 2079 – Auxílio-Refeição ao Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios, 2087 – Pagamento de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios e 2078 – Vale-Transporte ao Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios.

Dada a natureza do programa, não cabe demonstrativo de compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

0256 - Aprimoramento dos Serviços Postais

Problema:

O grande desafio do Setor Postal continua sendo a universalização dos serviços.

Atualmente, cerca de 38% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes não contam com serviços postais básicos e 20% dos brasileiros não recebem a visita de um carteiro.

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, prioritariamente aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade. Desta forma, a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais implementada por meio de projetos e atividades vinculadas ao Programa Serviços Postais visam a proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando aferir o impacto dos resultados do Programa junto ao público-alvo, foram criados 02(dois) novos indicadores: Grau de Satisfação do Usuário na Atividade de Atendimento e Grau de Satisfação do Usuário na Atividade de Distribuição.

As ações do programa visam principalmente atender ao mega objetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais, objetivando atender a disponibilização de bens e serviços públicos de forma equitativa e com justiça social, promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular, e de outro garantir o acesso aos bens e serviços de qualidade para as camadas populares. Busca-se também o crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, mediante o estímulo à responsabilidade social das instituições públicas e privadas.

1224 - Aqüicultura e Pesca do Brasil (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

A aqüicultura e a pesca apresentam características que as tornam peculiares, principalmente pela diferença de atuação desses setores. Enquanto a aqüicultura trata de iniciativas de produção a partir da criação (cultivo) de organismos aquáticos, a pesca incide sobre os estoques pesqueiros existentes no ambiente aquático natural. O programa Aqüicultura e Pesca no Brasil foi criado a partir de uma iniciativa de fundir as ações inerentes a cada setor específico (pesca e aqüicultura) e, após avaliações sobre o conteúdo e a forma do programa, percebeu-se a necessidade de se dissociar tais ações finalísticas em programas próprios. Os novos programas são 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca; 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura; 1344 Gestão da Política Pesqueira e 0750 Apoio Administrativo.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá prejuízos aos megaobjetivos, desafios e diretrizes do PPA 2004/2007, uma vez que o que este programa se propôs a realizar será efetivado no âmbito de outros programas.

O desdobramento resultante da exclusão do programa Aqüicultura e Pesca no Brasil e da criação de programas específicos tende a facilitar a operacionalização e a garantia dos resultados previstos no macroplanejamento da pesca e da aqüicultura brasileiros. Facilita, ainda, o entendimento dos processos de produção (pesqueira e aqüícola), garantindo maior transparência na execução das ações finalísticas do governo federal. A exclusão do programa não afetará a persecução dos megaobjetivos, dos desafios e das diretrizes do PPA 2004/2007, já que a criação dos programas 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca; 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura; 1344 Gestão da Política Pesqueira e 0750 Apoio Administrativo suprirá a ausência deste.

0499 - Áreas Protegidas do Brasil

Problema:

A área total equivalente à "área protegida" é insuficiente para a conservação da biodiversidade brasileira; além disso, é baixo o grau de implementação das Unidades de Conservação (UCs) já existentes, mesmo em áreas protegidas reconhecidas por atos/convenções internacionais, para atender os compromissos internacionais do Estado.

Soma-se a isso, o fato de que é baixa a participação e informação da sociedade na criação, planejamento e gestão de UCs. Desta forma, conta-se recentemente com um sistema nacional de Unidades de Conservação, que no entanto ainda funciona de forma não integrada, persistindo a existência de conflitos de posse da terra e sobreposição de área entre UCs e terras indígenas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração do programa se limitou à atualização dos índices dos indicadores para todo o período do Plano, o que não acarretará impacto sobre o alcance dos desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

1015 - Arranjos Produtivos Locais

Problema:

As empresas nacionais constituídas em arranjos produtivos locais (APLs) apresentam um baixo patamar de competitividade, principalmente as microempresas e empresas de pequeno e médio porte, em decorrência de deficiências em seus produtos, processos e gestão.

Essas dificuldades refletem-se na diminuta participação do segmento no volume total de exportações do país e na reduzida percentagem de empresas que entram e permanecem na base exportadora. Assim, é necessário atuar nas empresas dos APLs para aumentar a competitividade e a eficiência produtiva, ampliar a capacidade exportadora, elevar o nível de ocupação e renda, bem como promover o fortalecimento e dinâmica de interação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa visa aumentar a competitividade e a internacionalização das empresas brasileiras, promovendo o desenvolvimento integrado de arranjos produtivos locais como estratégia para o alcance de um dos megaobjetivos do governo, a saber, o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades.

A inclusão, mediante crédito especial, das ações 09HH – Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais, 6659 - Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e 6670 - Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, assim como a exclusão das ações 2702 – Capacitação de Multiplicadores da Metodologia dos Arranjos Produtivos Locais e 04090 – Apoio à Instalação de Incubadoras de Empresas nos Arranjos Produtivos Locais, melhoram o desenho do programa na adequação das ações ao objetivo e ampliam a contribuição do programa para o alcance do megaobjetivo a ele relacionado, reforçando sua atuação quanto ao desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

As novas ações orçamentárias também estão inseridas nos objetivos setoriais estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, lançada em 31/03/2004.

Em relação aos indicadores, foram incluídos ou alterados para uma melhor mensuração do resultado do programa.

0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Problema:

No Brasil verifica-se um desequilíbrio entre as receitas previdenciárias arrecadadas e os benefícios pagos. Dentre as principais causas que contribuem para esse problema pode-se destacar a cobertura social garantida pela Constituição Federal de 1988 sem a correspondente cobertura financeira, comprometendo a liquidez do sistema; a inadimplência (contribuintes que declaram, mas não pagam); a sonegação; o aumento da demanda por novos benefícios e a não recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência, além de fraudes e renúncias fiscais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve inclusão no programa da ação 8211 - Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS. A inclusão de duas ações melhora a programação a partir do destaque de novas atividades relacionadas ao enfrentamento de causas alusivas ao problema do desequilíbrio entre receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos. A partir do seu conjunto de ações, o programa contribui para o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos para ampliação das receitas administradas pela Previdência, estando alinhado com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

1016 - Artesanato Brasileiro

Problema:

A não inserção dos produtos artesanais nos mercados interno e externo e a reduzida taxa de emprego, ocupação e renda no segmento artesanal são atribuídas, principalmente, à desestruturação do setor no que diz respeito ao manejo, à produção, à divulgação e à comercialização dos seus produtos, bem como à preservação da cultura local, que dificulta a agregação de valor nos produtos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração do indicador deste programa e a modificação no produto da ação 2708 – Rotas de Artesanato e Turismo não afetam a compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. O programa, tendo como objetivos a promoção de um crescimento econômico sustentável, a distribuição de renda, o estímulo à eficiência produtiva, o fortalecimento dos núcleos produtivos locais e a preservação da cultura brasileira, encontra-se totalmente compatível com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a qualificação dos trabalhadores e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade de trabalho, inserido no megaobjetivo de crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades.

0135 - Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Problema:

No Brasil, a falta de democratização no acesso à terra prejudica o alcance da soberania alimentar e a geração de emprego e renda. Assim, a reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do país. A forte demanda pelo acesso à terra e por condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terra, vinculada a um processo de obtenção de terras insuficiente, reativo, conflitivo e vulnerável em relação às demandas vem gerando fortes conflitos no meio rural. A não intervenção neste processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e uso da terra, impedindo o avanço sócio-econômico e ambiental dos grupos vulneráveis. A existência de um grande estoque de terras públicas e particulares produtivas e/ou improdutivas permitirá o atendimento dos objetivos propostos. O modelo de intervenção praticado em exercícios anteriores não foi suficiente para induzir a melhoria na qualidade de vida e trabalho dos assentados, além de gerar expressivo passivo ambiental, oferecendo serviços sociais básicos insuficientes, desintegrados e inadequados em relação às necessidades da população rural e dos beneficiários da reforma agrária, gerando a necessidade da adoção de um novo modelo de assentamento de trabalhadores rurais. A intervenção para a implantação de novos assentamentos é realizada em áreas prioritárias que possibilitem a potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura sócio-econômica do meio rural, respeitando as diversidades regionais, com vistas ao desenvolvimento integrado e sustentável. O processo de planejamento e execução das ações relativas à implementação de projetos de assentamento conta com a efetiva participação da comunidade assentada, de

modo a estimular a organização comunitária, promovendo-se um processo de capacitação na gestão dos recursos públicos e na organização da produção, assegurando mecanismos de participação das mulheres e dos jovens.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Esse novo modelo busca integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio ambiente, dentre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento, com ênfase para a inserção das questões de gênero, raça/etnia e geração de renda; dessa forma, as alterações realizadas pretendem assegurar o caráter integrador do programa. Como o aporte de recursos necessários à ação de implementação de projeto de assentamento é realizado de forma não fragmentada, ordenada e de disponibilidade assegurada, conforme o plano de trabalho e o cronograma de desembolso dos recursos previstos, foram revistos o produto e especificação do produto da ação 4296 - Implantação de Projetos de Assentamento Rural. Do mesmo modo os indicadores do programa foram alterados com o intuito de melhor refletir o resultado sobre o público-alvo, aumentando assim, sua efetividade.

Com isso o programa mostra-se compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

0686 - Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Problema:

É crescente no país a demanda por serviços consulares, notariais, legais e por assistência em geral, inclusive necessidades sociais por parte da comunidade de brasileiros radicados, domiciliados ou em trânsito no exterior.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu uma melhoria na descrição dos seus objetivos para melhor se adequar ao objetivo setorial, que prevê o aperfeiçoamento da assistência e da proteção dos brasileiros que se encontram no exterior. Além disso, foi feita atualização da base legal das ações de acordo com o Decreto nº 5.032, de 05/04/2004, que trata da nova estrutura do Ministério de Relações Exteriores e das atribuições de suas unidades administrativas.

Com as alterações, o objetivo do programa passa a ser "prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade" fortalecendo sua compatibilidade com o objetivo setorial de ampliar e aperfeiçoar a assistência e a proteção aos 2,5 milhões de brasileiros que residem no exterior e aos dois milhões que viajam anualmente ao exterior, para garantir que continuem a exercer plenamente sua cidadania no exterior. Esse objetivo setorial contribui para o desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de

paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. A compatibilidade com os desafios e as diretrizes definidas no PPA foi, portanto, reforçada.

1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil

Problema:

Cumprindo missões complementares à sua destinação, o Ministério da Defesa deverá viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, bem como oferecer aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional. Visando, também, a atender o dispositivo legal do cumprimento de atribuições subsidiárias, as Forças Armadas cooperarão com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, assim como operarão o Correio Aéreo Nacional-CAN, participando também de ações de governo direcionadas ao combate da fome e da mortalidade infantil, dando apoio às campanhas de vacinação e outras congêneres, suporte às atividades eleitorais e às operações da Polícia Federal, quando demandadas pelos órgãos competentes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é novo e contemplará ações cívico-sociais, permitindo que os seus recursos humanos especializados na área de saúde atendam às populações carentes existentes nas diversas regiões do país, contribuindo com o governo federal no apoio à população carente.

É importante para o governo federal e para o Ministério da Defesa esta atividade junto à população carente, tanto a que circunda as organizações militares como aquela mais afastada, que não tem um atendimento adequado e regular dos serviços de saúde. Este atendimento permitirá ao governo melhor executar suas políticas sociais, realizando o atendimento das comunidades mais carentes, melhorando a qualidade de vida e condições dessas comunidades, diminuindo a incidência de doenças e ampliando a cidadania. O Ministério da Defesa é freqüentemente solicitado a prestar apoio aéreo ao transporte de cargas e passageiros em apoio aos órgãos públicos contra calamidades, combate a incêndios florestais, missões de vacinação, apoio a ações governamentais e missões do Correio Aéreo Nacional. Por fim, cabe mencionar que este programa englobou a ação 3136 - Cooperação com Construção de Infra-Estrutura do antigo programa 0636 - Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil e a ação 2862 -Ações Cívico-Sociais do programa 0622 - Adestramento e Operações Militares da Marinha. Este programa alinha-se ao macroobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e ao desafio de impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável.

0636 - Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Em virtude da criação do programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil e sendo este da mesma natureza, a ação 3136 - Cooperação com Construção de Infra-Estrutura migrou para o novo programa.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Esse programa foi substituído pelo programa 1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, que absorveu tanto o indicador "Taxa de atendimento à demanda de cooperação" quanto a ação 3136 - Cooperação com Construção de Infra-Estrutura. Com isso, não ocorre prejuízo no alcance do megaobjetivo, pois a ação do programa migrou para outro programa de mesma natureza.

1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Problema:

Pesquisas recentes sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não tem acesso suficiente aos medicamentos essenciais. Tais pesquisas apontam também uma fragmentação das ações que operacionalizam as políticas públicas no âmbito da assistência farmacêutica.

Entre 1975 e 1999, somente 1% dos 1.393 novos medicamentos licenciados no mundo foi destinado a doenças tropicais e tuberculose, apesar de essas doenças constituírem mais de 10% da carga global de enfermidade. O Brasil é um dos poucos países que possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos (17), cuja principal finalidade é prover medicamentos ao SUS nos três níveis de atenção. Entretanto, a maior parte desses laboratórios apresenta capacidade ociosa estimada em 25%.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações promovidas neste programa possibilitarão o desenvolvimento de ações integradas que compreenderão todas as etapas do ciclo de assistência farmacêutica – prescrição, dispensação, comercialização e farmacovigilância - com o objetivo de efetivar a política nacional de assistência farmacêutica. Dessa forma, inclui-se: (i) a intensificação de campanhas educativas sobre o uso correto e adequado de medicamentos, como um dos instrumentos de conscientização e prevenção; (ii) o acesso à cesta da I Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica de Medicamentos, melhorando e ampliando a cesta básica de medicamentos; (iii) o fornecimento de medicamentos excepcionais aos usuários, de acordo com as definições da I Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica de Medicamentos, melhorando e ampliando o acesso à assistência farmacêutica e aos insumos estratégicos nos diversos níveis de atenção à saúde.

O novo escopo dado ao programa está traduzido no elenco de suas ações finalísticas, bem como na redefinição de seus indicadores. As alterações efetuadas legitimam a execução de ações, de forma a apropriar sua política específica, com destaque para algumas prioridades: a existência de profissional habilitado nas unidades de saúde; a vigilância dos efeitos adversos dos medicamentos em toda a rede SUS; o estímulo do uso racional de medicamentos, a revisão da Relação Nacional de Medicamentos - Rename; a reavaliação e ampliação da lista de medicamentos da assistência farmacêutica básica e a instalação e o funcionamento das farmácias populares que serão destinadas à oferta de medicamentos a preços reduzidos e visarão promover o acesso da população aos produtos essenciais de que necessitam.

Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0699 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Problema:

Falta de assistência jurídica a camadas da população incapazes de arcar com o pagamento de honorários advocatícios.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Programa ligado diretamente ao desafio “fortalecer a cidadania, com a garantia dos direitos humanos” – contido no Mega-Objetivo III – Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita tinha como Unidade Orçamentária o Ministério da Justiça (30101) e como Unidade Responsável a Defensoria Pública da União. No entanto, com a criação da Unidade Orçamentária 30109 – Defensoria Pública, foi necessário alterar a responsabilidade orçamentária das atuais ações para a nova Unidade, bem como incluir as ações pertinentes à gestão do Programa: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes; Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados; Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; Gestão e Administração do Programa.

1185 – Assistência Suplementar à Saúde

Problema:

Tem se configurado como problema na área da saúde suplementar o fato de os gestores estaduais e municipais do SUS estarem à parte das questões do complexo da atenção à saúde neste âmbito. Os órgãos reguladores e o conjunto da política estabelecida para o setor ainda não se subordinam às instâncias de controle social do SUS, nas suas várias esferas de gestão. Inexiste, portanto, uma relação permanente e suficientemente estreita entre essas instâncias e a atenção suplementar. Assinale-se também que tem persistido uma qualidade insuficiente na assistência prestada aos usuários dos planos de saúde privados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para dar conta dos desafios e das diretrizes propostos nesse setor, no âmbito do Ministério da Saúde, foram necessárias a ampliação da abrangência da regulação e a consolidação do papel da Agência Nacional de Saúde em relação ao setor de saúde suplementar, por intermédio da promoção de ações e incentivo à integração do setor saúde suplementar ao setor público de saúde, garantindo a qualidade da atenção à saúde dos usuários e a consolidação do SUS.

A alteração proposta no elenco das ações desse programa visa promover maior visibilidade à estrutura complexa que compõe a organização programática dessa área, bem como o controle social de forma a orientar o cidadão brasileiro. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1303 - Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas

Problema:

As mortes por acidentes e violência se colocam como segunda causa de óbitos no quadro de mortalidade geral, representando cerca de 15% das mortes registradas no país, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório. Os acidentes de trânsito e os homicídios – estes em ascensão, ultrapassando os primeiros, desde 1990, em termos proporcionais – são os dois subgrupos responsáveis por mais da metade dos óbitos por acidentes e violência. A concentração dos acidentes e da violência é visivelmente mais clara nas áreas urbanizadas, que acumulam cerca de 75% do total das mortes por causas violentas.

No conjunto das causas externas, os acidentes de transporte destacam-se em termos de magnitude, tanto de mortes quanto de feridos. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade - SIM revelam que, em 2001, 30.266 pessoas morreram em consequência de acidentes de transporte. Desses óbitos, 44% foram jovens de 20 a 39 anos de idade e 82% do sexo masculino.

Quanto à morbidade por acidentes e violências, dados das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) mostram que, em 1996, foram registradas 679.511 internações por essas causas, somente nos hospitais ligados ao SUS. A preponderância do sexo masculino e da faixa etária de 15 a 29 anos de idade indica que esses eventos se devem, sobretudo, a acidentes de trabalho e de trânsito.

O impacto econômico dos acidentes e das violências no Brasil pode ser medido diretamente por meio dos gastos hospitalares com internação, inclusive em unidades de terapia intensiva, e dias de permanência geral. Em 2003, o total desses gastos correspondeu a R\$ 466.572.620,33, valor que representou, aproximadamente, 12,5% dos dispêndios com internações por todas as causas. Também em 2003, as lesões e envenenamentos perfizeram um total de 724.585 internações em todo o Brasil, o que é um número preocupante porque essa enorme demanda faz com que o SUS gaste muitas vezes mais nesses setores do atendimento.

O adulto jovem apresenta-se como vítima importante, fato que evidencia não só um dano social, mas perdas na população economicamente ativa. O Sistema de Internação Hospitalar do Ministério da Saúde registrou que, no período de 1996 a 2000, em sua grande maioria, as vítimas de causas externas são homens. Eles perfizeram cerca de 480 mil internações em relação as 217 mil hospitalizações de mulheres por ano. A maior parte dos que se internaram tinha entre 15 e 49 anos de idade, constituindo, portanto, uma parcela da população em idade produtiva, o que onera social e economicamente o país.

Levando em consideração as dimensões familiar e comunitária e as perspectivas geracionais de gênero e étnico/raciais, são também relevantes os casos de abuso e exploração sexual, maus tratos e negligência, os quais são responsáveis por sofrimentos cotidianos que se refletem na qualidade de saúde e vida dos brasileiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O texto relativo ao objetivo do programa foi reformulado com a intenção de tornar mais claras a área de atuação e a abrangência das ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde para as pessoas que vivem em situações de urgências, violências e outras causas externas.

Para responder com efetividade ao aumento da morbidade e mortalidade por acidentes e violência, o MS reestruturou esse programa de forma que suas ações sejam executadas de forma compartilhada com outras esferas governamentais e promovam as políticas emergenciais e estruturais que garantam a presença do Estado nas regiões com comunidades mais fragilizadas. Ao lado disso, deverá ser promovida a mobilização de recursos e o estabelecimento de parcerias com instituições acadêmicas e organizações não governamentais que lidam com o tema.

Assim, o programa permanece compatível com os desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Problema:

As desigualdades sociais construídas historicamente no país e as diferenças entre os segmentos populacionais e regionais resultam em diferentes riscos à saúde, destacando-se, entre estes, a mortalidade infantil e materna, o que retrata as condições e a qualidade de vida. A taxa média nacional de mortalidade infantil, em 2001, foi de 27,4 por mil nascidos vivos, enquanto que, no Nordeste foi de 43,0 por mil, a despeito dos resultados positivos alcançados nesta região, sobretudo nas duas últimas décadas. Já a Razão de Mortalidade

Materna (corrigida), indicativa de precariedade nas condições socioeconômicas e baixo grau de informação e escolaridade, foi de 75 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos no País. Tal situação relaciona-se, em especial, à inadequada atenção obstétrica, assistência em anticoncepção e abortamento em condições de risco. Outro problema relevante é a situação da gravidez na adolescência,

sobretudo na região Norte, onde uma em cada 4 mães teve o seu filho com idade entre 15 e 16 anos.

Esses indicadores são ainda mais negativos quando se trata da população afro-descendente, na qual a taxa de mortalidade infantil foi de 62,3 por mil, enquanto para as crianças brancas correspondeu a 37,3 por mil, segundo a PNAD/1996. No que tange a mortalidade materna, segundo a pesquisa de Alaerte L. Martins, com base em 956 óbitos maternos na faixa etária de 10 a 49 anos de idade, ocorridos no Paraná, de 1993 a 1998, a mortalidade das mulheres negras é 6,6 vezes maior do que das mulheres brancas.

No segmento da população idosa, no Brasil, a faixa etária de 60 anos de idade ou mais é a que mais cresce em termos proporcionais. O índice de envelhecimento, calculado pelo número de pessoas idosas para cada 100 indivíduos jovens, no Brasil como um todo, foi de 19,77, em 2000, com diferenças regionais importantes, variando de 9,77, na região Norte, a 22,88 na região Sudeste. Já a região Sul apresentou um índice de 22,60; a Nordeste, 17,73; e a Centro-Oeste de 14,29. Tal ocorrência tem provocado uma rápida transição nos perfis de saúde, que se caracterizam, em primeiro lugar, pelo predomínio das enfermidades crônicas não transmissíveis e, em segundo, pela importância crescente de diversos fatores de risco para a saúde, que requerem ações preventivas em diversos níveis.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa foi estruturado considerando a heterogeneidade das ações necessárias para atingir seu objetivo. Sua linha de atuação passa pelos ciclos de vidas; pela saúde do trabalhador, que procura responder às demandas institucionais e aos movimentos sociais; pela assistência à pessoa portadora de deficiência, que ainda apresenta um perfil de fragilidade, desarticulação e descontinuidade de ações nas esferas pública e privada; pela população prisional, situação em que há urgência em definir ações efetivas que diminuam os fatores de riscos à saúde dessa população e pela saúde mental, com ações mais humanizadas como a desospitalização da atenção e a ação de auxílio financeiro conhecida como “De Volta para Casa”.

Várias ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

Assim, o programa permanece compatível com os desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1214 - Atenção Básica em Saúde

Problema:

A prevalência de um modelo de atenção à saúde – historicamente centrado no hospital, nas especialidades médicas e na utilização de alta tecnologia – tem se revelado caro e pouco eficaz. É amplamente reconhecido que a sofisticação da assistência médica não garante melhores condições de saúde à população. No Brasil, ao longo do tempo, a atenção básica ocupou um segundo plano, com uma

parcela significativa da população desprovida desta ação, sabidamente eficaz e capaz de resolver grande parte dos problemas de saúde.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa teve acréscimo de uma nova ação - que se refere à atenção à saúde bucal - compatível com o seu objetivo de expandir a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada. Dessa forma, pode-se verificar a convergência com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

Algumas ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma com que são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

1216 - Atenção Especializada em Saúde

Problema:

O insuficiente acesso da população às ações e serviços de saúde é evidenciado no congestionamento nos pronto-socorros, nas filas, nos pronto-atendimentos e nos ambulatórios dos hospitais, na carência de leitos de terapia intensiva e semi-intensiva ou na demora na oferta de procedimentos cirúrgicos, nas internações e serviços de apoio diagnóstico de maior ou menor complexidade.

Acresce-se a isso a pouca cobertura do atendimento pré-hospitalar móvel com regulação médica de urgência, serviço este instalado em poucas cidades do país, sobretudo nas capitais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Duas novas ações foram acrescentadas ao programa sob a forma de projetos de reforma e ampliação de instituições que oferecem serviços especializados de atenção à saúde, corroborando para a garantia do acesso e da integralidade dos cuidados de saúde, convergindo para o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

Algumas ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma com que são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

1220 - Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

Problema:

A atenção de média complexidade reúne uma grande quantidade de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, bastante heterogêneos, de níveis e custos variáveis e cuja distribuição geográfica da oferta entre os municípios obedece a lógicas distintas, sendo, por isto, de difícil organização e controle.

A cobertura de serviços hospitalares no Brasil apresenta significativa pulverização de leitos em pequenos hospitais. Cerca de 10% deles estão localizados em estabelecimento de saúde com menos de 30 leitos, que representam 42% da rede hospitalar. A maioria desses hospitais (70%) está localizada em municípios com menos de 30 mil habitantes e, com frequência, representa a única possibilidade de internação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve acréscimo de uma nova ação ao programa, ação que tem o intuito de regular, controlar e avaliar os procedimentos assistenciais de saúde, que, como já foram descritos no problema, são bastante heterogêneos, de níveis e custos variáveis e cuja distribuição geográfica da oferta entre os municípios obedece a lógicas distintas. Assim a nova ação contribui para a obtenção do acesso universal, oportuno e equânime aos serviços de saúde.

Algumas ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma com que são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

0152 - Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Problema:

A ausência de propostas de atendimento sociopsicopedagógico adequadas, de pessoal qualificado e o distanciamento das famílias e comunidade num elevado número de sentenças de internação vêm causando superpopulação das unidades, ocorrência de motins e alto índice de reincidência dos adolescentes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

No programa Atendimento Sócio-Educativo para o Fundo Nacional da Criança e Adolescente houve replicação de uma ação, originalmente dotada de fonte 100, com fonte 196, para possibilitar recebimento de doação de empresas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, prevê a renúncia fiscal do Imposto de Renda para doações de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. O volume de doações ao FNCA vem crescendo a cada ano, possibilitando a execução de um número cada vez maior de ações com recursos dele provindos. A inclusão da ação Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória, que será financiada com recursos de doação de empresas, não trará nenhum impacto financeiro.

Não há alteração no escopo do programa, nem incompatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007.

0282 - Atuação Internacional na Área de Petróleo

Problema:

A pouca atuação internacional do país na área de petróleo concorre para o aumento da nossa dependência externa. Desta forma, este programa visa ao aumento da participação do Brasil no cenário externo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 11LA – Expansão da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior, 11SX – Implantação do Terminal Marítimo de Caleta Paula na Argentina, 4864 – Adequação da Infra-Estrutura Industrial no Exterior, 4865 – Adequação da Infra-Estrutura de Transporte de Gás no Exterior, 8019 – Adequação da Infra-Estrutura de Exploração e Produção no exterior, 8055- Adequação da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior. As inclusões destas ações e as mudanças feitas nos atributos das demais reforçam a compatibilidade do programa com os objetivos do PPA.

O programa objetiva incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural e é compatível o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Problema:

É necessário atender à demanda da sociedade no que concerne à apreciação de proposições de legislação em geral, à apuração de dados no exercício da fiscalização e controle externo dos órgãos e representantes do poder público bem como no desempenho das demais prerrogativas constitucionais, legais e regimentais do órgão e de seus membros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações visam ajustar a programação a decisões tomadas posteriormente ao exercício de 2003, momento em que se fez a proposta que resultou na elaboração do presente PPA. Foi criada ação com o objetivo de reformar as unidades funcionais de uso dos Deputados Federais, o que se justifica na medida em que a utilização das mesmas representará economia real, além de que é necessário manter em condições adequadas o patrimônio público. Por outro lado foi excluída a ação de Gestão e Administração do Programa - GAP, compatibilizando-se com as diretrizes da programação.

A demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Problema:

É necessário proporcionar condições para atendimento da competência constitucional, que é demanda do Estado e também da sociedade, relativamente ao processo legislativo de exclusiva competência do Senado Federal, nos termos do que trata o art. 59 da Constituição Federal, de forma a produzir e apresentar à sociedade uma legislação que tenha em seu contexto cada vez maior representatividade dos anseios da população, proporcionando assim, os meios indispensáveis à promoção da justiça social e ao funcionamento pleno da democracia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recebeu a inclusão da ação Construção de Acréscimo à Unidade de Apoio I, em virtude da necessidade de dotar o órgão de melhor estrutura física para o desempenho das atividades relacionadas à Secretaria de Patrimônio, Arquivo, Serviços Gerais e Secretaria de Pessoal. A programação da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis sofreu alterações que atendem sua priorização para conclusão no período de execução do PPA. A ação Rede de Integração e Participação Legislativa – Interlegis, terá implementação priorizada. Cabe também destacar a exclusão dos projetos Construção de Guaritas, Construção do Prédio da Sala de Vídeo do Instituto Legislativo Brasileiro-ILB e a Construção de Galpão de Apoio às Empresas Prestadoras de Serviços Terceirizados, tendo em vista avaliação de prioridades definidas pelo órgão. Essas alterações visam dar maior capacidade de atendimento às competências legais do Senado Federal.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

1096 - Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 o programa visava avaliar os programas da área social. No momento da revisão o escopo da avaliação foi reduzido, de forma a atender apenas aos programas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por não se tratar de programa finalístico, suas ações foram absorvidas pelo programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Embora excluído, não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, tendo em vista que as ações foram absorvidas pelo programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1333 - Avaliação do Plano Plurianual

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Coordenar a elaboração, avaliação e revisão participativas do Plano Plurianual e supervisionar a sua execução, visando implementar a estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo está alinhado com o desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão. O objetivo setorial não será afetado pelas alterações propostas, quais sejam: alteração do título da ação 6476, que passará a denominar-se "Avaliação dos Programas do Plano Plurianual"; alteração do título da ação 6482, que passará a denominar-se "Avaliação dos Pactos de Concertação entre União, Estados e Municípios"; alteração do título da ação 6478, que passará a denominar-se "Capacitação de Equipes do Governo Federal, dos Estaduais e Municipais em Avaliação"; exclusão da ação 6480 - Fomento à Elaboração de Planos de Avaliação de Programas Finalísticos do Plano Plurianual e exclusão da ação 6477 - Avaliação de Satisfação do Público-Alvo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual.

1051 - Banco de Alimentos (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O problema que originou o programa não foi superado. Suas ações foram absorvidas pelo programa 1049 - Acesso à Alimentação, de forma a contribuir para o objetivo de garantir segurança alimentar por meio de uma alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Embora excluído, não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, tendo em vista que as ações do programa continuarão a ser executadas por meio do programa 1049 - Acesso à Alimentação.

0466 - Biotecnologia

Problema:

O desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos no Brasil ainda é insuficiente para inserir o país no mercado internacional. Sem o desenvolvimento da biotecnologia não será possível a aplicação de técnicas inovadoras na melhoria de alimentos, prevenção e tratamento de doenças, recuperação e preservação do meio ambiente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi excluída a ação 4975 - Pesquisa e Desenvolvimento em Biociência, que não mais refletia a execução realizada, conforme manifestação da unidade responsável, a Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCT); deve-se considerar que, em contrapartida, foi incluída a ação 6753 - Fomento a Projetos de Biotecnologia para Produção de Bioenergia em Pequenas Comunidades, que traduz melhor as iniciativas a serem implementadas. Além disso, foram agregados ao programa dois novos indicadores (“Número-índice de empresas de biotecnologia apoiadas pelo programa” e “Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa”), em substituição aos dois anteriores, pois estes não mediam a efetividade do programa.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Problema:

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, 13,6% da população de 15 anos e mais é analfabeta. Em algumas regiões do Brasil, esse quadro é ainda mais grave: 26,2% na Região Nordeste e 16,3% na Região Norte. Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, são 7,7%, 8,1% e 10,8% de analfabetos, respectivamente. Estas taxas vêm diminuindo nas últimas décadas, mas ainda estão longe do ideal. De acordo com estudo publicado pelo Inep, a taxa de analfabetismo no país está diretamente atrelada à distribuição de renda. Nesse sentido, no Brasil, que apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente. A taxa de analfabetismo da população cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de 29%, já nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos esse índice não chega a 2%. Quanto ao grau de escolaridade se observa que cerca de 33,2 milhões de brasileiros possuem até a terceira série do ensino fundamental. Ademais, persiste grande descontinuidade no processo de alfabetização de jovens e adultos, comprometendo a qualidade do ensino e o alcance dos resultados almejados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O remanejamento de ações do programa Brasil Escolarizado para o programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos se justifica pela melhor focalização do problema, de modo a garantir não somente a alfabetização, mas também a continuidade no processo educacional de jovens e adultos. As ações incluídas vêm integrar a alfabetização da população de 15 anos ou mais em um processo de educação que possibilite ampliar as práticas de leitura e escrita e o universo lingüístico dos alfabetizandos, disponibilizando a jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, ou dela foram excluídos precocemente, o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental. O programa pretende contribuir para a inserção social de cerca de 49 milhões de brasileiros com 15

anos de idade ou mais, cujo exercício da cidadania está limitado por não dominarem o mundo da leitura e da escrita e por não terem acesso a um processo contínuo de educação. Portanto, a reformulação do programa está compatível com o desafio do governo federal de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

1045 - Brasil com Todo Gás

Problema:

É baixa a interiorização do uso de gás natural e a infra-estrutura de transporte e distribuição é insuficiente. Com base nas previsões de disponibilidade dos pólos produtores, a ampliação desta infra-estrutura permitirá a interiorização do gás natural.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações 11Y6 – Aquisição de Terrenos e Direito de Passagem para a Implantação do Gasoduto Coari-Manaus, 12AX – Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (TNS), 12AY – Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (TNS), 12BC – Ampliação da Capacidade do Gasoduto Bolívia – Brasil para 34 Milhões de m³/dia, 4861 – Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural e 4867 – Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural passaram a integrar o programa. Houve também alterações nos atributos de outras ações, com o propósito de aumentar a sua contribuição no alcance dos objetivos do programa.

O programa visa promover o uso do gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores. A expansão do mercado consumidor, a criação de novos mercados, a maximização do aproveitamento do gás associado e a monetização das reservas nacionais permitem reduzir a dependência externa, de forma a consolidar o produto como uma alternativa energética segura e confiável. Tudo isto é compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1061 - Brasil Escolarizado

Problema:

Ainda que preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a universalização da educação básica está se concentrando em apenas um dos seus níveis de ensino, o fundamental. Dessa forma, o processo educacional se segmenta pela precariedade da oferta nos outros dois níveis, educação infantil e ensino médio. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente, a educação infantil. As estatísticas apontam que 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos de idade e 3,9

milhões (38,5%) de 4 a 6 anos estão sem atendimento escolar. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito do cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente. Estima-se que entre 2004 e 2005, os sistemas de ensino serão pressionados por 1,3 milhão de novos alunos oriundos do ensino fundamental regular ou de cursos e exames de Educação de Jovens e Adultos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas buscam adequar o programa ao objetivo de expansão da oferta e à melhoria da qualidade nos dois extremos da educação básica, tradicionalmente preteridos: a educação infantil e o ensino médio. Mudanças institucionais no Ministério da Educação procuraram refletir esta nova visão, a exemplo da transformação da Secretaria de Ensino Infantil e Fundamental-SEIF em Secretaria de Educação Básica-SEB, que passou a agregar à sua estrutura o ensino médio, antes vinculado à educação tecnológica, e da transferência das ações de educação de jovens e adultos para o programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos. Além disso, as alterações no programa pretendem dar maior racionalidade à gestão das diversas ações de apoio à educação infantil e ao ensino médio, articulando-as com as ações destinadas ao ensino fundamental. O programa está em consonância com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, mediante a equidade na implementação das políticas sociais, o desenvolvimento de mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços prestados e a promoção da eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos.

0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Problema:

É alta a disparidade de resultados obtidos nos diversos esportes em competições internacionais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. Seu objetivo foi alterado de modo a melhor atender ao problema identificado, que também foi alterado e teve sua descrição aperfeiçoada.

Os indicadores e seus índices foram modificados na tentativa de melhor medir a efetividade do programa. Foi incluída a ação 2434 - Intercâmbio de Atletas de Alto Rendimento das Modalidades dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos em Centros de Excelência de Renome Mundial, que pertencia ao programa 1246 - Rumo ao Pan 2007, por sua finalidade estar mais afeta ao objetivo deste programa. Outra modificação foi a inclusão da ação 09HW – Concessão de Bolsa a Atletas, que tem a finalidade de apoiar e promover o desenvolvimento e o aprimoramento de atletas destacados, praticantes do

desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional - COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz e de direitos humanos no cenário internacional.

0167 - Brasil Patrimônio Cultural

Problema:

O programa visa a combater o aumento da degradação dos bens integrantes do patrimônio histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados e acervos, que desestimula novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população. O problema que se manifesta pela deterioração é a descaracterização dos bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, seja em decorrência da escassez de iniciativas de conservação preventiva, seja de situações de origem fortuita. Com relação aos sítios arqueológicos, nota-se que estes estão localizados em regiões menos

desenvolvidas economicamente, criando-se uma zona de tensão para a preservação do patrimônio nas frentes agropecuárias, em expansão, e áreas de menor densidade demográfica, como o centro-oeste, o nordeste e a Amazônia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em função do novo entendimento de que o patrimônio cultural deve ser tratado em suas dimensões material e imaterial e devido à reestruturação institucional de todos os órgãos e entidades que compõem o sistema MinC, as ações do programa 1141 - Cultura e Tradições - Memória Viva (excluído) foram absorvidas por este programa, sofrendo modificações em sua concepção (realinhamento dos objetivos, realocação de ações e melhor definição de público alvo) de forma a refletir esta nova estrutura. Houve reavaliação de seus indicadores e algumas ações foram modificadas em sua concepção, aglutinando ou separando iniciativas e projetos já existentes nos dois programas, visando maior transparência e visibilidade dos produtos.

As alterações realizadas se compatibilizam com os desafios e diretrizes de participação do país no mercado internacional, pois contribuem para o turismo preservando os interesses nacionais, assegurando a integridade física, a permanência e sustentabilidade do patrimônio nacional, a geração de emprego, renda e a elevação da auto-estima da população, valorizando a identidade e preservando a integridade e a soberania nacionais.

1336 - Brasil Quilombola

Problema:

As comunidades remanescentes de quilombos, por sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem uma atenção especial dos poderes públicos, pois representam setores esquecidos e marginalizados do processo de desenvolvimento que o país vem experimentando nas últimas décadas.

Várias comunidades ainda se encontram em situação idêntica à de um século atrás: estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico e das condições elementares de uma vida digna. Tais condições de vida inscrevem as comunidades quilombolas no rol de nossa população mais carente e necessitada de urgentes medidas para sua inclusão social, já que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com vistas a fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social voltadas para os remanescentes de quilombos devem consistir de ações que os preparem para uma condição econômica e social nova e auto-sustentável, para que essas comunidades possam caminhar pelas próprias forças, na medida de suas condições e potencialidades, com o que, sem dúvida, garantirão um novo espaço na sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa Brasil Quilombola é novo e está perfeitamente compatível com as diretrizes e desafios do PPA descritos, considerando que doze Estados da federação possuem mais de 50% de sua população afro-descendente em situação de pobreza. Nesse contexto, a comunidade remanescente de quilombos está entre as mais vulneráveis dessa população e se configura num público-alvo bem definido do programa. Este programa está absorvendo a ação 6440 – Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos, além de sofrer a inclusão de uma nova ação de capacitação que pretende dotar as comunidades remanescentes de quilombos de conhecimento e instrumentos adequados para o relacionamento com o poder público e entidades da sociedade civil.

A proposta governamental para os quilombolas inclui, ainda, ações em educação, saúde junto à comunidade, destino de resíduos sólidos e preservação do meio ambiente. Dessa forma, três ações do Ministério da Educação serão incorporadas ao programa: 09CJ – Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, 0974 – Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos e 09CG – Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos; além dessas, entram três ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário: 001T – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos. O programa também contará com uma nova ação do Ministério da Saúde: 8215 – Atenção à Saúde das Populações Quilombolas.

A inclusão social e a promoção da cidadania, que permeiam desafios e diretrizes no Plano Plurianual, são os balizadores da alteração proposta neste programa, como estratégia de superação das desigualdades e promoção do desenvolvimento na sociedade brasileira.

0169 - Brasil, Som e Imagem

Problema:

O setor audiovisual cumpre um papel estratégico no processo produtivo mundial, interagindo com outros setores produtivos, apresentando-se como propício à geração de emprego e renda e à construção de padrões de consumo e comportamento. O setor é uma forma de expressão de identidades culturais e um dos setores nevrálgicos da sociedade contemporânea, pois lida diretamente com a disseminação de valores, crenças e ideologias e com a difusão de informações e de fontes de lazer, transformando-se em catalisador privilegiado de uma construção positiva de soberania nacional e cidadania, bem como de uma articulação dialógica entre as esferas públicas e privadas. Ademais, a cadeia produtiva do audiovisual mostra-se capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo global.

O setor ainda permanece oligopolizado, o que faz com que o produto audiovisual encontre grandes dificuldades para alcançar o público e se expressa na baixa visibilidade do cinema brasileiro no mercado, na qualificação do conjunto da produção e relação sala/espectadores, bem como na indefinição de uma política clara e de instrumentos regulatórios capazes de introduzir novas dinâmicas no mercado cinematográfico.

Há que se considerar, inclusive, que os mecanismos de distribuição/exibição das obras audiovisuais tendem a estar ligados aos interesses do capital transnacional e do processo de acumulação internacional de capital, com implicações significativas no processo de imposição de valores e de dominação cultural.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa é resultado da fusão dos programas 0169 – Cinema, Som e Vídeo e do 1101 – Ver Cinema, Ser Brasil, passando a denominar-se “Brasil, Som e Imagem”, tendo tido uma nova concepção (criação de ações e melhor definição de público alvo) de forma a melhor refletir a política da Secretária de Audiovisual, decorrente da vinculação da Ancine ao Ministério da Cultura. O público alvo do programa passa a ser o setor audiovisual e os indicadores “Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional” e “Taxa de lançamento de filmes brasileiros no mercado nacional” foram substituídos pelo indicador “Taxa de público em filmes nacionais”. Foram incluídas no programa as ações 8483 - Funcionamento do CTAV e 8481 - Funcionamento da Cinemateca.

O apoio à capacidade produtiva das regiões, o estímulo às produções locais, o aumento das salas de exibição e a redução da hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno, vem de encontro ao desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso, fomentando a produção, a difusão e a preservação de obras audiovisuais brasileiras. O Programa contribui para ampliar a oferta da cinematografia nacional, assim como para aumentar a competitividade sistêmica das regiões, estimular produções locais e reduzir a hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno, além disso, busca promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica nacional e

aumentar a produção e a exibição das obras cinematográficas brasileiras, alinhando-se ao desafio de valorizar a identidade e preservar a integridade e a soberania nacional.

1163 - Brasil: Destino Turístico Internacional

Problema:

O Brasil tem alto potencial para se tornar um dos maiores mercados receptivos em turismo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4034 teve seu título e produto adequados, passando o título para Fomento à Comercialização e ao Fortalecimento dos Produtos Turísticos Brasileiros junto aos Operadores Internacionais e o produto, “evento realizado, como forma de dar maior clareza quanto ao que a ação pretende realizar.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0643 – Calha Norte

Problema:

Existe a necessidade de aumentar a presença do poder público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, a fim de contribuir para a defesa nacional, proporcionar assistência às suas populações, fixar o homem na região, promover o desenvolvimento sustentável e integrar sua população à cidadania e ao conjunto nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas. Neste contexto, com a finalidade de adequar ao cronograma físico – financeiro foi necessário alterar o período de término do programa como, também, ajustar as metas físicas e valores financeiros.

0777 - Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Problema:

É imprescindível suprir a administração pública de mão-de-obra selecionada e capacitada para o aprimoramento, nas três esferas de governo, dos sistemas

tributários e de controle, da formulação e da avaliação de políticas públicas, da alocação de recursos, da gestão das finanças públicas e da redução do *déficit* público.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi alterada a data de término da ação - 3662 Capacitação para Modernização do Sistema Fiscal Brasileiro para 12/2005, o que não afeta a compatibilidade do programa com o desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão, ao qual o programa está alinhado.

1109 – Certificação Digital

Problema:

É necessário garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações eletrônicas através da implementação e operação de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento. Além disso, a dependência de sistemas proprietários e monopolistas de hardware e software apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacionais, como também para a promoção da inclusão digital.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. A ação 4917 - Certificação Digital de Autoridades foi alterada para “Operacionalização da Certificação Digital – Infra-Estrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil”. As alterações não prejudicam a compatibilidade do programa com o desafio de governo de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

0471 - Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Problema:

A carência de conhecimento científico e tecnológico, principalmente nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias dos grandes centros, resulta na ampliação das disparidades regionais e na incapacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e o atendimento das demandas sociais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4960 - Integração de Cadeias Interregionais de Ciência, Tecnologia e Informação foi transformada em não orçamentária. Além disso, houve alteração

do título da ação 4147 - Fomento à Capacitação Tecnológica em Temas de Impacto Social (anteriormente era "setores de impacto social") e inclusão da ação 6830 - Fomento ao Desenvolvimento e Uso de Tecnologias na Área de Telemedicina. O novo título se justifica para identificar a maior abrangência do campo de atuação da ação, que passou a fomentar a capacitação de pessoas em quaisquer temas de impacto social. A ação nova tem o propósito de financiar projetos que visem a provisão de serviços ligados aos cuidados com a saúde da população de regiões mais carentes, onde a distância, o custo e o conhecimento técnico são fatores críticos, por meio de tecnologias e equipamentos para capacitação, diagnóstico e tratamento remotos.

Foram identificados dois novos indicadores para o programa ("Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa de inclusão social" e "Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social"), em substituição aos antigos indicadores, que mostraram-se inadequados para aferição dos resultados do programa.

As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1122 - Ciência, Natureza e Sociedade

Problema:

O insuficiente conhecimento técnico-científico das complexas interações entre meio ambiente, clima e sociedade, bem como sobre as mudanças climáticas globais limitam os avanços da ciência necessários ao desenvolvimento sustentável do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu a inclusão das seguintes ações: ação 4135 - Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA), originalmente presente no Programa 0475 - Mudanças Climáticas Globais, pois se enquadra melhor ao objetivo deste programa; ação 6717 - Fomento a Projetos Estratégicos para os Biomas Brasileiros, visando a impulsionar as pesquisas nesta área crítica do conhecimento científico concernente ao meio ambiente; ação 6739 - Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade, visando a incrementar os esforços do MCT dada a aprovação do Programa de Trabalho de Cooperação e Transferência de Tecnologia e o início da implementação do Programa de Iniciativa Global em Taxonomia no âmbito das discussões internacionais sobre diversidade biológica. A ação 6258 – Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais teve o seu valor total corrigido, pois os valores referentes à fonte 195 (doação) foram devidamente incorporados ao ano de 2006. Houve ainda inclusão dos localizadores Região Norte e Região Nordeste na ação 4157 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros, para que sejam atendidas, no âmbito da ação, as pesquisas para os ecossistemas marinhos da costa norte.

Adicionou-se um indicador (“Número-índice de mapas temáticos gerados contendo o cálculo da extensão e distribuição do desmatamento da Amazônia”) visando a auxiliar o direcionamento das ações do programa. As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1201 - Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Problema:

No Brasil, persiste ainda um problema relevante no que diz respeito à baixa capacidade de articulação entre as ações de fomento científico-tecnológico e a política de saúde, bem como à ausência de mecanismos de coordenação adequados entre as múltiplas instâncias de fomento.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas contribuem para um deslocamento na direção de um novo projeto nacional no qual se valoriza o mercado interno e as necessidades da população brasileira. Portanto esse novo escopo possibilita fomentar o avanço do conhecimento científico no setor de saúde.

O programa foi reestruturado com a exclusão de ações que eram específicas para os centros de pesquisa e a inserção de novas ações que se estruturam delimitando cada uma das linhas de atuação do conjunto de unidades da Fundação Oswaldo Cruz, seja no desenvolvimento de insumos ou no desenvolvimento de métodos e processos, o que dá maior visibilidade à atuação da instituição como um todo em cada uma dessas linhas.

As alterações propostas na estrutura do programa possibilitaram ajustá-lo às diretrizes e desafios do Plano Plurianual, uma vez que se busca promover a equidade e ampliar a regionalização das ações pertinentes, com a valorização das tecnologias nacionais.

0662 - Combate à Criminalidade

Problema:

A violação da ordem jurídica e social por meio de ações violentas e criminosas, provocando instabilidade institucional e violações aos direitos individuais, coletivos e difusos. O fortalecimento do crime organizado, corrupção nas três esferas de Poder, tráfico de armas e drogas, a lavagem de dinheiro, a entrada e saída de pessoas sem o devido controle migratório, os crimes ambientais (bio pirataria, transgênicos, tráfico de animais, material nuclear e radioativo, poluição hídrica), contrabando e descaminho e crimes pela Internet, são exemplos de elementos que caracterizam o problema.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é perfeitamente compatível com os desafios e diretrizes elencados no PPA 2004-2007, em especial: fortalecer a cidadania; garantir a segurança pública; preservar a integridade e soberania nacionais.

Objetivando maximizar a compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual, houve a necessidade de migração das ações relativas às construções, ampliações e reformas que compõem as atividades do Departamento de Polícia Federal - DPF, que atualmente fazem parte do programa 0662 – Combate à Criminalidade, para o programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.

Inicialmente é preciso registrar que não se trata de acréscimo de receita ou aumento de despesa, trata-se de um ajuste operacional e gerencial. Os custos dos dois programas são os mesmos que já estão concebidos no programa 0662 - Combate à Criminalidade. As novas ações de construção e reforma tem por objetivo a melhoria das condições de trabalho, possibilitando aumentar a receita gerada pelo próprio DPF nas ações de fiscalização que realiza e nos serviços que presta à sociedade.

Duas ações foram incluídas no programa 0662 – Combate à Criminalidade: 11P8 - “Implantação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPONS (ISPS-CODE)”, com a finalidade de dar condições de funcionamento aos Núcleos Especiais de Polícia Marítima, dotando-os de embarcações, viaturas, meios de comunicações e equipamentos de informática, armamentos, equipamentos não letais, equipamentos de mergulho e outros, bem como atender as necessidades de custeio para o pleno funcionamento; 8375 - “Pagamento de Indenização pela Entrega de Arma de Fogo”, com a finalidade de pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo, haja vista o advento da lei 10.826 de 22.12.2003, denominada Estatuto do Desarmamento.

1080 - Combate à Desertificação

Problema:

As áreas semi-áridas e as áreas subúmidas secas do Brasil abrangem uma superfície de 710.437,30 km² (62,8%) e 420.258,80 km² (37,2%), respectivamente, totalizando uma área de 1.130.790,53 km². Com uma população, no ano de 2000, de 22,5 milhões de habitantes, 14,2 milhões (63,3%) residiam em áreas semi-árida, enquanto 8,3 milhões (36,7%) residiam nas áreas subúmidas secas. A inexistência de um conjunto de ações articuladas que visem combater o avanço dos processos de desertificação pode levar ao agravamento da degradação ambiental e social no semi-árido, com reflexos nas esferas sociais, políticas e econômicas, em nível regional e nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a exclusão da ação de Elaboração do Plano de Ação Nacional para Combate à Desertificação (PAN), visto que será concluído em 2004. Por outro lado, houve inclusão da ação Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação, com vistas a apoiar Estados e municípios da região do semi-árido na implementação de medidas de combate à desertificação, no âmbito local, em consonância com o Plano Nacional (PAN).

A alteração do programa descentraliza as ações de combate à desertificação, considerando as prioridades estabelecidas pelo PAN, dando maiores condições para que o programa cumpra seu objetivo de reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas, atendendo fortemente às diretrizes de promoção e apoio a

iniciativas de gestão ambiental das comunidades locais; de fortalecimento das ações que valorizam o uso racional do solo e dos bens minerais e de promoção da recuperação de áreas e ecossistemas degradados do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

Por ser o PAN um plano com enfoque na redução da pobreza e na ampliação da capacidade produtiva, o programa está, também, relacionado aos megaobjetivos de inclusão social e redução das desigualdades sociais e de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Problema:

A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, e suas expressões através da prostituição, do turismo sexual, da pornografia e do tráfico, são uma prática reificada do capitalismo contemporâneo, que encontrou no mercado do sexo diferentes formas de adaptação às crises, reinventando práticas de exploração e de dominação que transforma mulheres, crianças e adolescentes em mercadoria.

Já o abuso sexual é uma violência que, por sua vez, ultrapassa as fronteiras de classe social, dos limites culturais e de pobreza. Deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis. O abuso sexual ocorre no âmbito familiar e por pessoas conhecidas, embora exista um pequeno número de abusadores desconhecidos. Portanto, não é sem razão que os movimentos sociais humanitários do mundo inteiro consideram a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma das piores formas de exploração do trabalho infantil e como crime contra a humanidade.

De acordo com a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF, foram identificadas no Brasil 241 rotas de tráfico. O disque-denúncia de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes registrou, em um ano de funcionamento, quase seis mil denúncias e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil tem descortinado redes amplas e organizadas de aliciamento, exploração e tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, em franca expansão, diante da pouca reação governamental quanto ao problema.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O ano de 2003 marcou uma nova etapa no cenário brasileiro: o combate à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foi considerado, em pronunciamento do Presidente da República, uma das metas prioritárias do novo governo, constituindo uma decisão política que veio fortalecer a luta dos movimentos sociais referentes a essa questão. Para cumprir esta prioridade, dando às ações de governo o seu caráter de política pública, é que se propõe a

alteração no título das seguintes ações: ação 0746 - Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. e 2383 Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias. Bem como a alteração no produto da ação 001S Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social.

Não há alteração no escopo do programa, nem incompatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007.

1164 - Combate ao Crime Transnacional

Problema:

A existência de redes criminosas atuantes em nível global, ignorando fronteiras, dotadas de alta capacidade organizativa e de modernos instrumentos tecnológicos, para a remessa ao exterior de recursos provenientes de atividades ilícitas fator de desestabilização social e econômica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa possui relação tanto com a dimensão econômica do PPA 2004-2007 (Mega-Objetivo II) como com a dimensão democrática (mega-Objetivo III), promovendo os interesses nacionais e garantindo a segurança pública.

A única alteração no programa foi exclusão da ação 3938 - “Implantação de Sistema de Cartas Rogatórias” que seria executado nos anos 2005, 2006 e 2007 e teria por finalidade agilizar os processos de atendimento de cartas rogatórias por meio de um sistema de informações que disponibilizasse dados em tempo real sobre o cadastro das cartas rogatórias e seus respectivos andamentos. No entanto, o novo sistema informatizado de gerenciamento eletrônico de documentos do Ministério da Justiça (sistema GEDOC), que tem previsão de entrada em operação para o primeiro semestre deste ano, atenderá satisfatoriamente esta demanda, tornando desnecessário o desenvolvimento de um sistema específico para cartas rogatórias. A exclusão do projeto não terá impacto no cumprimento da meta presidencial de combate à lavagem de dinheiro.

8021 - Comércio Eletrônico

Problema:

A exclusão digital das microempresas e empresas de pequeno e médio porte, pela reduzida utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), é uma das causas fundamentais da baixa competitividade, da perda de oportunidades de geração de emprego e renda e de exportação, e de alta taxa de mortalidade de empresas no contexto de desenvolvimento intensivo em novas tecnologias e novas formas de organização.

Atualmente, configura-se um quadro de ausência de ação efetiva do setor público na prestação de serviços de base ligados à tecnologia de informação, especialmente de comércio eletrônico, aos segmentos empreendedores.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O Programa Comércio Eletrônico visa impulsionar a expansão, a modernização e a inovação das empresas nacionais em parceria com o Sebrae, organizações da sociedade civil e de empresas privadas para cumprir a missão de promover a inclusão digital do empresariado de pequeno porte. Dessa forma, insere-se no megaobjetivo II – Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e nos desafios de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa e de incentivar e fortalecer as micros, pequenas e médias empresas, com o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Foi feito um pequeno ajuste no objetivo do programa e a modificação proposta referente a alteração do indicador deste programa não afeta na compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

0812 - Competitividade das Cadeias Produtivas

Problema:

As especificidades empresariais de cada setor produtivo exigem discussões e negociações permanentes com o setor privado sobre os diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro. A baixa capacidade e escala produtiva, a falta de modernização industrial e a ausência de investimentos em indústrias intensivas em capital e indústrias intensivas em conhecimento implicam em desvantagens competitivas das principais cadeias produtivas em relação aos produtos internacionais, de baixo custo e alta qualidade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O Programa Competitividade das Cadeias Produtivas pretende, de forma sistemática, que empresários, trabalhadores e especialistas discutam e sugiram políticas a partir da problemática econômica, financeira e tecnológica de cada setor, englobando, também, ações de desenvolvimento do “design” nacional. Assim, insere-se no Megaobjetivo II – Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, assim como no esforço de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

A modificação do objetivo e do indicador do Programa, assim como a inclusão da ação 11KG - Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Empresas de Pequeno e Médio Porte, não afetarão a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. A inclusão dessa ação justifica-se pelo Acordo-Quadro de Cooperação entre a Comunidade Econômica Européia e a República Federativa do Brasil e no Ajuste Complementar assinado em 19 de janeiro de 2004, assim como pelo Macro Eixo I da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, lançada em 31/03/2004.

0798 - Compras Governamentais

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas (adequação do objetivo ao título do programa) estão compatíveis com os desafios e diretrizes, definidos quando da elaboração do PPA 2004-2007.

1057 - Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Problema:

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização e em meios de comunicação modernos e seguros. O objetivo específico deste programa é o de aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do sistema de defesa e a segurança da comunicação militar, garantindo a capacidade de operação combinada ou conjunta das Forças Armadas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi proposto para este programa o indicador "Nível de implantação dos sistemas de comunicação, comando, controle e inteligência" para se adequar à metodologia do PPA.

As ações de Implantação de Sistemas de Comunicações Militares Via Satélite – SISCOMIS e Implantação do Sistema de Comunicações Seguras – SECOS foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais.

1145 - Comunidades Tradicionais

Problema:

Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se a ligação intensa com territórios e seus recursos naturais, a presença de instituições políticas próprias e tradicionais e a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência. Essas populações vêm sofrendo os impactos causados pela expansão das atividades agropecuárias na região da Amazônia, na medida que essas causam o desmatamento e ocupam as áreas que as comunidades se utilizam para extrair seu sustento e seu trabalho. Evitar

esses impactos, por meio do estímulo à organização social e da capacitação é o principal objetivo do programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recepcionou a ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto), originária do programa Amazônia Sustentável, por ser mais adequada ao objetivo deste programa. Houve fusão das ações de capacitação, visto que se destinavam ao mesmo público-alvo. O indicador do programa estará sendo construído. Para isso, contará com recursos orçamentários alocados na ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do programa Gestão da Política de Meio Ambiente.

1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Problema:

Com a evolução da ação antrópica e com a velocidade crescente com que as áreas de reserva legal estão sendo degradadas para uso direto ou indireto, acreditou-se que era suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando depois para a conservação de amostras de ecossistemas através da criação de unidades de conservação (UCs).

No entanto, constatou-se que a criação de UCs não é, por si só, suficiente para garantir a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável; há que se implantar corredores ecológicos, notadamente em áreas críticas, que permitam o contato entre espécies de diferentes UCs, bem como estimular a adoção de práticas de recuperação e uso sustentável nos biomas, em particular no que se refere à biodiversidade, que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza e a valorização do conhecimento tradicional das populações locais.

O enfoque sistêmico por biomas incorpora uma nova visão sobre o manejo e conservação dos recursos naturais, pois adota uma visão global, com uma ação mais ampla sobre as potencialidades e as ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todo o bioma.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recepcionou a ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, originária do programa Amazônia Sustentável, o que implicou na inclusão do bioma da Amazônia no objetivo deste programa. Além disso, houve alteração de localizador. A inclusão da referida ação amplia a atuação do programa, reforçando seu compromisso frente ao desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e de promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

1140 - Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos

Problema:

O Brasil é detentor de 20% da biodiversidade mundial e ainda não possui um sistema de conservação dos recursos genéticos capaz de garantir a sua perpetuidade para as gerações presentes e futuras.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração de indicador com vistas a possibilitar a mensuração do alcance do objetivo do programa. A inclusão da ação de Fomento à Bioprospecção e Desenvolvimento de Produtos e Processos Derivados da Biodiversidade, proveniente do programa Biotecnologia, do Ministério de Ciência e Tecnologia, deve-se a sua melhor adequação ao objetivo deste programa, que é o de conhecer a diversidade biológica e promover sua utilização sustentável. A ação incluída reforça a atuação do programa no atendimento ao desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental. O programa contribui, especialmente, para a superação dos problemas relacionados às diretrizes de aproveitamento racional e sustentável de recursos da biodiversidade brasileira, com ênfase na valorização e ampliação do conhecimento dos ecossistemas e de geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável.

1304 - Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Problema:

Há escassez, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, de água adequada aos seus usos múltiplos, decorrente do uso irracional, da degradação ambiental e do desperdício, constatados sobretudo nos sistemas de irrigação, abastecimento urbano e industrial.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração de atributos de algumas ações já existentes, com vistas à incorporação de novas iniciativas em curso, bem como ao melhor desempenho operacional do programa.

Foram, ainda, incluídas a ação de Publicidade de Utilidade Pública, com o objetivo de melhor atingir o objetivo do programa de melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, e a ação Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas, uma parceria com o Fundo Global Meio Ambiente Global (Global Environment Facility GEF). As alterações do programa reforçam suas condições de atendimento aos desafios de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável e de melhorar a gestão ambiental, promovendo a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0508 - Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade

Problema:

Apesar de o Brasil abrigar a maior biodiversidade do mundo, oferecendo ricos serviços à população, como provisão de alimentos, estabilização do clima, purificação do ar e água, recreação e benefícios culturais, sociais e econômicos, enfrentamos um grave processo de degradação e de perda de nossa biodiversidade em seus três níveis (ecossistemas, espécies e variabilidade genética). A degradação dos biomas tem sido acelerada nas últimas décadas, a mata Atlântica está reduzida a 7% de sua área original, o cerrado já perdeu mais de 50% de sua cobertura natural, a caatinga 45% e a Amazônia 17%. Hoje, a fauna brasileira ameaçada de extinção chega a 633 espécies e a flora a 108. Muitas variedades locais de nossa flora e fauna, adaptadas a condições ambientais particulares, estão se perdendo, o que inviabiliza o uso destes recursos num futuro próximo.

Ressalta-se que a perda de biomas, espécies e de variabilidade genética tem ocorrido antes mesmo que seja possível o acúmulo básico de conhecimento a respeito.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Ao objetivo do programa foi incorporada a meta de "controlar" a utilização sustentável da diversidade biológica, visto que o programa contempla ações de controle de espécies, da fauna e flora, consideradas exóticas e invasoras. As inclusões e alterações de ações buscam dotar o programa de ações suficientes para a mitigação do problema que este programa pretende atacar. O programa contribui, especialmente, para a superação do desafio de melhorar a gestão ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

1307 – Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Problema:

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde, o país está entre os 22 de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e os grupos humanos com piores condições socioeconômicas, causando repercussões na vida pessoal e familiar do doente, sobretudo no aspecto financeiro e na capacidade produtiva. Anualmente, são descobertos no Brasil cerca de 90.000 casos novos de tuberculose, causando 6.000 óbitos pela doença. A epidemia da Aids e o surgimento de bacilos multirresistentes são fatores que poderão dificultar o efetivo controle da tuberculose. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o segundo lugar entre as causas de internação no SUS.

O Brasil detém o segundo maior número de casos de hanseníase – primeiro nas Américas, com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes) até 2002. O país assumiu o

compromisso de eliminar a hanseníase como problema de saúde pública até o final de 2005, o que significa alcançar a taxa de prevalência de menos de um paciente por 10.000 habitantes. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a quarta colocação na demanda da população aos serviços de saúde.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A adequação de ações, bem como as alterações em indicadores, contribuíram para que os gestores das respectivas ações reconduzam suas estratégias para alcançar os níveis de prevalência compatíveis com a eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, bem como detectar precocemente os casos de tuberculose e tratá-los, interrompendo a cadeia de transmissão.

Um indicador do programa foi excluído e outro foi acrescentado. Além disso, houve alteração em uma ação quanto ao seu tipo, deixando de ser classificada como operação especial e tornando-se uma atividade, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde. As alterações aqui propostas coadunam melhor com as diretrizes, uma vez que contribuem para a promoção da equidade na implementação das políticas sociais. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0644 - Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Problema:

O Exército Brasileiro tem a necessidade de controlar a produção, circulação, armazenamento e destinação de armamentos, explosivos e munições como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional. Esse controle é implementado através de atividade de fiscalização de comerciantes e transportadores dos produtos sob controle.

O objetivo deste programa é controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa foi alterado o atributo da justificativa do programa para "competem ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e demais produtos controlados, realizar o registro e o cadastramento de todas as armas de uso restrito de posse dos Órgãos de Segurança Pública e seus integrantes, bem como o de colecionadores, atiradores e caçadores, com base no art. 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados". Com

a finalidade de adequar o público-alvo do programa foi proposta a alteração para "pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército". Este programa alinha-se ao macroobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.

0550 - Controle Externo

Problema:

Manter e assegurar o controle dos gastos públicos federais e manter os serviços prestados ao Congresso Nacional são dispositivos constitucionais dirigidos ao Tribunal de Contas da União. Trata-se de programa do tipo Serviços ao Estado que visa coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa teve como principais modificações a inclusão da ação 11T5 - Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa e a exclusão da ação 2272 - Gestão e Administração do Programa. As outras ações constantes deste programa sofreram pequenos ajustes no cadastro inicial, para complementação das informações, mantendo-se o escopo inicialmente planejado, inclusive quanto aos índices do indicador de processos.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0684 - Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Problema:

A produção científico-tecnológica nacional é baixa e incompatível com o nível das demandas de desenvolvimento sócio-econômico da sociedade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi feita a realocação da ação 2531 - Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros para o programa 0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior, pois esta ação contribui mais diretamente para o objetivo desse programa.

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas é objetivo deste programa, alinhado, portanto, com o objetivo setorial de incrementar a cooperação científica e tecnológica para a transferência de tecnologias de ponta, de maneira a que se reduzam o hiato digital e outras carências do exercício do direito de informação no Brasil. Vincula-se ao desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. As alterações propostas não alteram essa compatibilidade.

0237 - Corredor Araguaia-Tocantins

Problema:

Os sistemas de ligação dos modais de transporte da região estão em condições precárias, encarecendo sobremaneira o frete na região dos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável relacionado a diretriz ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0238 - Corredor Fronteira Norte

Problema:

Atualmente existe uma grande dificuldade de acesso à região entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e os países da fronteira norte do Brasil, tanto no que diz respeito ao trânsito de pessoas quanto ao fluxo de mercadorias.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável e com as diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e o de promoção da integração da infra-estrutura regional da América do Sul.

0230 - Corredor Leste

Problema:

Os sistemas de ligação dos modais de transporte da região estão em péssimas condições, encarecendo sobremaneira o frete na região dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0233 - Corredor Mercosul

Problema:

A ligação entre o Brasil e os países do Mercosul é uma região de grande fluxo de mercadorias e pessoas, com grande atividade industrial que tem forte impacto sobre a economia nacional. Este corredor necessita de constantes investimentos para garantir a redução do custo de mercadorias e garantir ganhos de competitividade para a indústria e o agrobusiness nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e o de promoção da integração da infra-estrutura regional da América do Sul.

0235 - Corredor Nordeste

Problema:

O alto custo de transporte de cargas da região, em função das péssimas condições dos seus modais de transporte, impacta fortemente o potencial de desenvolvimento econômico e social na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0236 - Corredor Oeste-Norte

Problema:

Existe uma necessidade de redução do custo do transporte de cargas para dar condições de dinamizar as potencialidades sócio-econômicas da região, levando em consideração o potencial hidroviário deste corredor, que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado às diretrizes de ampliação da

malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e o de promoção da integração da infraestrutura regional da América do Sul.

0229 - Corredor São Francisco

Problema:

O alto custo de transporte na região e o não aproveitamento do potencial do rio São Francisco para a dinamização da economia da área que abrange a região dos Estados da Bahia, Sergipe e o norte de Minas Gerais são um dos principais problemas deste corredor.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0232 - Corredor Sudoeste

Problema:

A expansão da fronteira agrícola, que necessita de um escoamento adequado, porém, que hoje enfrenta a realidade de um alto custo de produção, que tem no transporte um de seus maiores custos, são um dos principais problemas enfrentados por esta área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0231 - Corredor Transmetropolitano

Problema:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de ampliação da malha

rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

1178 – Correição no Poder Executivo Federal

Problema:

É necessário combater a impunidade dos administradores de recursos públicos federais e prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública. A alteração não prejudica a compatibilidade do programa com o desafio de governo de combater a corrupção.

1116 - Crédito Fundiário

Problema:

Faz-se necessário promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social. Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficiente para um processo de desapropriação representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas devemos acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos viáveis.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa é complementar aos programas de reforma agrária e se dará através de execução descentralizada pelos Estados, através do financiando da compra de imóveis rurais, de investimentos básicos necessários à estruturação das novas unidades produtivas, da capacitação dos beneficiários e da assistência técnica. A descentralização do programa e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir para a acumulação de capital social, o fortalecimento da cidadania e para uma maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, em particular em matéria de segurança

alimentar, geração de emprego e renda, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social. Assim, as modificações foram realizadas sob esse prisma, refletindo-se no detalhamento da implementação e na descrição da ação 1545 - Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural, com vista a melhorar seu entendimento. Houve ainda aumento da sua meta física, valor e data de término, ocorrida em razão do aumento do limite do Órgão em relação à programação anterior; além disso, o indicador do programa foi modificado de modo a melhor refletir o resultado sobre o público-alvo. Portanto, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições daofoclimáticas nas diferentes regiões do país.

0172 - Cultura Afro-Brasileira

Problema:

A invisibilidade da cultura afro-brasileira nas instâncias que concebem a educação nacional e a opinião pública brasileira resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura nacional, manifestando-se no abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, que carece de um amplo inventário e de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Devido à reestruturação institucional de todos os órgãos e entidades que compõem o sistema MinC, a Fundação Cultural Palmares realizou modificações substanciais na concepção do programa (realinhamento dos objetivos, criação e extinção de ações e melhor definição de público-alvo) de forma a refletir seu novo papel e conseqüentemente reavaliando seus atributos. Atende ao desafio de promover a redução das desigualdades, pois mediante a preservação e valorização da cultura afro-brasileira, se prevê a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias.

1278 - Cultura e Tradições: Memória Viva (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O programa foi excluído, entendendo que o problema aqui identificado faz parte dos problemas relacionados ao programa Brasil Patrimônio Cultural.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não há prejuízos ao alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual porque os mesmos estão contemplados no programa Brasil Patrimônio Cultural.

0416 - Cultura Exportadora

Problema:

As microempresas e as empresas de pequeno porte possuem baixa capacidade exportadora em razão do pouco contato com as áreas política, financeira, acadêmica e mesmo empresarial para obter informações seguras sobre oportunidades de negócios. Torna-se fundamental uma maior difusão da cultura exportadora entre as microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações realizadas neste programa, referentes a alteração de seu objetivo, do público-alvo e do indicador, ou de seus índices, não afetam na compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. Foram incluídos indicadores que melhor mensurassem o resultado do programa, mas ainda continuarão sendo desenvolvidos estudos para melhor aferição dos índices de um indicador, por meio da ação específica incluída no programa de Gestão do Ministério.

O objetivo do programa está em perfeita consonância com vários desafios do PPA 2004-2007, especialmente o de ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais. Nesse desafio, várias diretrizes são atendidas pelo programa, destacando-se a promoção da cultura exportadora entre as pequenas e médias empresas.

1141 - Cultura, Educação e Cidadania

Problema:

A produção cultural brasileira apresenta-se concentrada, desigualmente distribuída no espaço regional e desigualmente acessível à população. Na periferia dos grandes municípios e cidades do interior, bem como nas favelas das grandes cidades, verifica-se ausência de opções de cultura e lazer, quer do ponto de vista da produção, quer do acesso aos bens culturais e de entretenimento, incentivando a desagregação social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Devido ao deslocamento da importância da cultura nas diretrizes de governo, este programa teve inclusão de ações e foi renomeado Educação, Cultura e Cidadania, o que demonstra a importância da cultura para inclusão e coesão social, promovendo uma maior associação entre educação e referências/linguagens culturais, bem como a redefinição de indicadores que dão visibilidade a estas dimensões. Foram criadas ações visando abarcar cultura-educação, cujos recursos foram redistribuídos dentro do próprio programa e de futuras parcerias. A saber, ação 5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais-Pontos de Cultura (remodelação da ação Instalação e Modernização de Espaços Culturais em Áreas Habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social). Em articulação com o Ministério da Educação serão desenvolvidas as ações 8101 - Escola Aberta à Cultura e 8203 - Formação de Agentes Comunitários de Cultura, Patrimônio e Lazer, de sensibilização e capacitação de professores, atendendo às diretrizes e desafios de valorizar a

diversidade cultural brasileira e auto-estima da população, bem como ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica de usuários.

Difundir e facilitar o acesso das populações carentes aos bens e serviços culturais, valorizando a criatividade popular oferecendo condições de expressão para o desenvolvimento de talentos e métodos modernos de comunicação, contempla o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e de democratização do acesso, estímulo à produção e à difusão de bens e serviços culturais em cidades de pequeno e médio porte e em áreas de periferia de grandes cidades.

0418 - Defesa Comercial

Problema:

O parque industrial nacional sofre danos decorrentes de práticas desleais de comércio pela concorrência, tais como dumping e subsídios acionáveis, que demandam capacidade de defesa comercial. Por outro lado, exportadores brasileiros que são submetidos a investigações no exterior também necessitam de apoio técnico para que, nos foros apropriados, seja exigido o uso imparcial dos instrumentos conforme regras negociadas e que sejam verificados os autos de cada processo instaurado nos órgãos investigadores estrangeiros. Tais procedimentos buscam garantir ampla oportunidade de defesa a todas as partes interessadas e a transparência na condução do processo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações propostas para este programa, referentes a alteração de seu público-alvo e do indicador ou de seus índices, não afetarão a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. Houve inclusão de um indicador mais adequado à mensuração do resultado alcançado.

O programa busca fortalecer os mecanismos para defender a indústria doméstica contra práticas predatórias de comércio e surtos de importação, bem como ampliar o apoio aos exportadores brasileiros submetidos a investigações relacionadas às práticas comerciais no exterior. Dessa forma, encontra-se compatível com as metas de governo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Problema:

O programa visa zelar pela observância da Constituição, das leis e atos emanados dos poderes públicos, resguardando as ações de desenvolvimento do Ministério Público, conforme suas funções institucionais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações efetuadas no programa, especialmente no que diz respeito à implantação de Procuradorias, identificada como projeto de grande vulto, foram decorrentes da prioridade de instalação da Procuradoria Federal, considerando seus segmentos específicos, para acompanhar os órgãos judiciários federais instalados nas diversas regiões do país.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0697 - Defesa do Consumidor

Problema:

As violações dos direitos do consumidor, em decorrência do aumento contínuo da complexidade das relações de consumo é o centro do problema. Muitos consumidores ainda têm dificuldades de acesso à informação sobre seus direitos e muitos carecem de meios para concretizá-los. Merecem destaques os inúmeros conflitos relativos aos serviços públicos essenciais, que recebem como relevantes medidas ações destinadas à qualificação e fortalecimento dos integrantes do sistema nacional de defesa do consumidor.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Programa relacionado ao fortalecimento da cidadania.

Como o indicador registrado no PPA não tinha nenhum atributo definido, foi construído um novo indicador que representa o “Índice de integração dos Procons estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC”. O SINDEC é uma ferramenta que auxiliará a formulação e a implementação de políticas públicas na área de defesa do consumidor, além de facilitar a coordenação das ações dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC.

Propõe-se que o indicador apure a taxa de integração dos Procons estaduais por duas razões básicas: a primeira é que, no período de vigência do atual PPA, será possível integrar somente essas entidades; a segunda, é que os Procons estaduais integrados ao SINDEC constituirão um importante canal para a integração das demais entidades do SNDC (Procons municipais, promotorias de defesa do consumidor, entidades civis que atuam como Procons, dentre outras). O indicador permitirá visualizar o nível de integração e articulação do SNDC otimizando sua atuação por meio da consolidação do Código de Defesa do Consumidor e da garantia de proteção e defesa dos direitos do consumidor brasileiro em âmbito nacional.

Na ação 2334 – Proteção dos Interesses e Direitos dos Consumidores, ação fulcro do programa 0697- Defesa do Consumidor, houve necessidade de atualização do enfoque em relação a sua finalidade, provocando, também, alteração do produto. Nesta ação estão concentrados os serviços especializados de atendimento aos interesses dos consumidores a serem apresentados e defendidos no âmbito dos mecanismos participativos de gestão, como as

consultas, audiências públicas e outros espaços de discussão e decisão envolvendo interesses e direitos do consumidor. Inclui a realização de serviços técnico-científicos de interesse do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A finalidade anterior registrava como foco de proteção e defesa dos interesses dos consumidores, as ações de garantia dos padrões de qualidade e de segurança dos produtos e serviços disponibilizados pelo mercado. Na revisão, foi alterado o enfoque, uma vez que a ação está baseada na instrução e conclusão dos processos administrativos de proteção dos interesses e direitos dos consumidores. Em consequência houve alteração do produto.

0695 - Defesa Econômica e da Concorrência

Problema:

Em função das tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Mantidas as diretrizes com relação a consolidação da defesa da concorrência como pilar de política econômica por meio da superação da fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF); da introdução ou conscientização das entidades de defesa do consumidor e sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; da introdução da concorrência no marco regulatório nacional; e da implementação de ações de combate à formação de cartéis, foi necessário o ajuste do texto da descrição em duas ações do programa, em função do processo de atuação: ação 2806 “Instrução de Atos de Concentração e processos Administrativos” e ação 2807 “Julgamentos de Atos de Concentração e Processos Administrativos”.

0580 - Defesa Jurídica da União

Problema:

É necessário proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância onde seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa possuía três indicadores. Desses, dois foram excluídos pela impossibilidade de apuração de seus índices de referência. O terceiro indicador foi atualizado com os índices de referência não informados anteriormente. As alterações visam aperfeiçoar o programa com vistas a atender de forma mais adequada ao desafio de governo de implementar uma nova gestão pública ética,

transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1070 - Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

A exclusão do programa Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino se baseia no novo modelo dos programas do Ministério da Educação, cuja metodologia vai ao encontro da proposta do Ministério do Planejamento. A perspectiva de democratização da gestão nos sistemas de ensino será atendida por meio de diversos programas específicos em cada nível ou modalidade de ensino e pelo programa Gestão da Política de Educação.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano decorrente da exclusão do programa, uma vez que as ações estão sendo redirecionadas para outro.

1132 - Democratização das Relações de Trabalho

Problema:

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930. De clara inspiração autoritária e corporativista, esse sistema disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho. As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. Apesar dos avanços nos direitos políticos e sociais, o Estado continua a interferir de maneira equivocada na organização sindical, na negociação coletiva e na solução de conflitos trabalhistas. São problemas do atual ordenamento jurídico-institucional das relações de trabalho: a pulverização e baixa representatividade das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, com grande número de conflitos de representação; a existência de Centrais Sindicais e de Associações Patronais desprovidas de personalidade jurídica sindical e sem poder de contratação coletiva; o cerceamento da autonomia sindical em virtude de interferência indevida do Estado; a baixa densidade e efetividade dos atuais direitos trabalhistas e garantias sindicais; a baixa presença dos sindicatos na esfera direta das relações de trabalho, em particular nos locais de trabalho; a dependência de contribuições compulsórias, sem correspondência com a ação e organização sindical; a limitação legal dos níveis de negociação coletiva e soluções compulsórias dos conflitos coletivos; o grande número de litígios individuais e coletivos e morosidade da Justiça do Trabalho, e a desatualização e o descumprimento crescente do marco normativo constitucional e infraconstitucional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O objetivo do programa foi revisto no sentido de focar, prioritariamente, a promoção da reforma sindical e trabalhista e, como consequência, a atualização da legislação trabalhista.

Foi incluída a ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, visando constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação nas ações finalísticas. As alterações propostas para o programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, bem como com a diretriz de democratização da legislação do trabalho, referenciada na liberdade e autonomia sindicais, tornando-a mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as atuais características do mercado e das relações do trabalho.

1030 - Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Problema:

O acesso à informação arquivística governamental ainda é insuficiente para apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O indicador do programa foi substituído; tal mudança se deu em razão da dificuldade de aferição do indicador anterior, que não permitia uma medição precisa e não demonstrava, necessariamente, se estava sendo atingido o objetivo do programa, que é a difusão de informações contidas em documentos do Arquivo Nacional. A alteração não prejudica a compatibilidade do programa com o desafio de governo de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

1032 - Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Problema:

O problema tem origem na necessidade de levar à sociedade brasileira a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública, para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O indicador “Matérias Jornalísticas Distribuídas” foi incluído no programa para medir seu desempenho. A ação 7134 - Implantação do Canal de Televisão Internacional teve seu término alterado de 12/2004 para 12/2008. As alterações não prejudicam a compatibilidade do programa com o desafio de governo de democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

1076 - Democratização do Acesso à Informação Legislativa

Problema:

O acesso à informação legislativa pelo cidadão é um pressuposto para o conhecimento dos seus direitos e deveres. Também os operadores do direito e os agentes promotores de políticas nas áreas da justiça e da cidadania dependem desse acesso, já que a produção e aplicação da norma são aspectos básicos daquelas políticas. Contudo, esse acesso é significativamente prejudicado pela falta de instrumentos adequados que permitam a consulta rápida e segura ao complexo universo de dados que constitui o ordenamento jurídico brasileiro. A modernização e democratização do acesso às informações referentes ao ordenamento jurídico e às informações relativas ao dossiê de cada proposição legislativa são necessárias à promoção da expansão do respeito às leis e aos direitos humanos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando a efetiva conclusão de projeto básico para a modernização e democratização do acesso à Justiça, foi necessária a prorrogação para 2008 do término da ação 7517 – Aperfeiçoamento e Consolidação do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira. O programa mantém a compatibilidade com o megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e com os desafios de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, de promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz e de direitos humanos no cenário internacional, e de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1295 - Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Problema:

Por determinação constitucional os sistemas de trens urbanos operados pelo governo federal devem ser transferidos para os Estados e Municípios, facilitando a integração e gestão do sistema de transporte e sua interação com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar a descentralização, o governo federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados à sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Considerando o objetivo do programa, a inclusão das ações de recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió buscam recuperar a qualidade dos mesmos e viabilizá-los para futura transferência para os municípios, de modo a atender ao objetivo do programa. A alteração de público-alvo focaliza a atuação do programa dentro de seu objetivo. As alterações nas metas das ações do programa visam ajustar o cronograma físico-financeiro das obras às suas perspectivas para conclusão. As alterações nos indicadores e seus

Índices buscam aprimorar as formas de acompanhamento dos resultados do programa em cada sistema de trens urbanos, bem como permitirão um acompanhamento mais preciso do processo de descentralização. Dessa forma, as modificações propostas contribuem para o alinhamento do programa com seu o desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana com ênfase na qualidade de vida e do meio ambiente, bem como atendem à diretriz de mudança no padrão de circulação, acessibilidade, trânsito e transporte, com a valorização do transporte coletivo, de modo a alcançar de forma efetiva a descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros. Portanto, demonstra-se que as alterações mantêm a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

0103 - Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Problema:

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito para infra-estrutura e setores intensivos em mão-de-obra também é fundamental para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a política industrial e de comércio exterior.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizado um ajuste no público alvo e foi incluída a ação 8617 - Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, tendo por finalidade estruturar e aplicar instrumentos de controle, monitoramento e avaliação das concessões de crédito que utilizam recursos do FAT. As alterações propostas para o programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, bem como com a diretriz de estímulo às atividades econômicas e cadeias produtivas intensivas na geração de postos de trabalho.

0379 - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Problema:

A diminuição dos níveis de pobreza no país, especialmente os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo subutilizados, continua sendo um importante desafio. Muitos planos, programas e projetos concebidos e implementados não surtiram os efeitos desejados para a redução do problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra tanto qualificada quanto não-qualificada, a custos inferiores àqueles de outros setores da

economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores do que os produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pese os benefícios advindos do programa, a área irrigada *per capita* do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o país em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas.

Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do país, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção segura de apenas uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria prima.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão de novas ações dentro do escopo do PPA foi definida conjuntamente com os Estados e dentro das diretrizes estabelecidas pela SIH para a apresentação de novos projetos (Marco Regulatório).

As ações do programa têm por finalidade contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, estando inseridas na proposta de desenvolvimento regional, o que permitirá a ampliação do atendimento dos objetivos preconizados pelo programa; desta forma não há incompatibilidade com os desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural e as suas diretrizes associadas, nem incoerência com a lógica do programa.

Neste contexto o Ministério da Integração realizou a inserção das seguintes ações, todas no Estado do Piauí em áreas de reassentamento de famílias: 1) 11RR - Implantação do Perímetro de Irrigação de Colônia com 200 ha; 2) 11RU - Implantação do Perímetro de Irrigação de Jenipapo com 200 ha; 3) 11 RW - Implantação do Perímetro de Irrigação de Modubim com 200 ha; 4) 11OU - Implantação do Perímetro São Miguel Fidalgo com 100 ha; 5) 11RX - Implantação do Perímetro de Irrigação de Pedra Redonda com 180 ha; 6) 11RY - Implantação do Perímetro de Irrigação de Salinas com 200 ha; 7) 11RZ - Implantação do Perímetro de Irrigação de Violeta com 150 ha; 8) 11RM - Implantação do Perímetro de Irrigação Bocaina com 150 ha. A ação nova 12F3 - Obras Complementares do Perímetro de Irrigação Jaguaribe – Apodi, no Estado do Ceará, veio a substituir a ação de 1744 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no Estado do Ceará, que se encontra concluída. Houve também a realocação da ação 1654 – Implantação do Perímetro de Irrigação Canal do Sertão Alagoano para o programa Proágua Infra-Estrutura com o código 10CT – Construção do Canal do Sertão Alagoano, pois o Ministério da Integração Nacional justificou que o escopo do projeto foi modificado. O canal do sertão alagoano será um canal de uso múltiplo, inclusive para o abastecimento humano. Por outro lado, foram excluídas do programa as seguintes ações:

- 1) 5248 - Construção da Adutora Serra da Batateira, com 18,8 km no Estado da Bahia (53101 – MI): O montante liberado pelo Projeto Serra da Batateira foi utilizado na construção de 6,5km de canal, dos 18km previstos. Este trecho do canal está sendo utilizado para a irrigação, já beneficiando a maior parte dos irrigantes da área do projeto. Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 2) 5250 - Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Preto com 7.600 ha no Distrito Federal (53101-MI): O Perímetro de Irrigação Rio Preto está com pendências no TCU. Os recursos repassados para os estudos do Rio Preto serão devolvidos pelo conveniente, pois, oportunamente, será realizado um novo estudo para reavaliação do projeto. Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade
- 3) 5242 - Implantação do Perímetro de Irrigação Piau, com 2.000 ha, no Estado de Alagoas (53101-MI) e a ação 3778 – Implantação de Projetos de Irrigação de 900 ha em Áreas de Assentamento de Nova Venécia no Estado do Espírito Santo: Estas ações ainda não foram iniciadas, não tendo sofrido execução alguma e não figuram como prioridades para o MI. Os recursos previstos para estas ações na lei do PPA serão realocadas em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 4) 1656 - Implantação do Perímetro de Irrigação Corumbá - 1ª etapa - com 200 ha no Estado do Mato Grosso do Sul (53101- MI): Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 5) 5322 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 3ª Etapa,- com 12.000 ha, no Estado de Minas Gerais: O Ministério da Integração encontra-se no aguardo de aprovação de legislação que discipline a Parceria Público Privada (PPP), a fim de verificar a possibilidade de implementação destes perímetros via setor privado. Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outras ações sob sua responsabilidade.
- 6) 1720 - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, com 4.406 ha, no Estado do Maranhão (53204 – DNOCS): A primeira e segunda etapas ficarão sob a gestão do Estado, conforme negociação com o DNOCS, enquanto que a terceira etapa ficará sob a gestão do INCRA, a quem caberá desenvolver estudos necessários ao planejamento e à instalação de um assentamento público, de interesse do Estado do Maranhão.

Além das exclusões e inclusões de novas ações, as alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores e metas físicas são decorrentes das realocações e prioritizações realizadas na programação. As alterações de custo total de projetos são decorrentes de reestimativas nos custos dos projetos.

0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil

Problema:

Cada vez mais, a aviação civil brasileira demanda uma visão econômica e social, necessitando de estruturas e modelos de gestão específicos para o setor. Assim, é necessário regular as atividades de aviação civil com critérios de modernidade e racionalidade, dando ao sistema brasileiro de aviação civil uma nova modelagem, de acordo com as expectativas e necessidades para o setor como um todo.

Nesse sentido, este programa tem por objetivo promover o desenvolvimento do sistema de aviação civil brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos componentes do sistema.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia foram incluídos os seguintes indicadores: “Evolução das licenças expedidas”; “Evolução de aprovação de empresas fiscalizadas”; “Fator de aprovação de produtos, equipamentos e procedimentos fiscalizados”; “Grau de acompanhamento de empresas e aeronautas em atividade” e “Índice de referência de vôo”.

As ações de Aquisição de Aeronaves e Simuladores para Atendimento aos Aeroclubes e Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil foram ajustadas ao novo cronograma físico–financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável, e redutor das desigualdades regionais, e com os desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego; de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa; de impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável, e de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

0377 - Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Problema:

É importante aproveitar as oportunidades em relação à demanda por produtos diferenciados de leite, carne, pele e lã de caprinos e ovinos com qualidade superior, pelos mercados interno e externo, e à diversidade de espécies animais com potencial de domesticação e de exploração econômica racional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para melhor enfrentamento do problema houve uma alteração no objetivo do

programa, que mudou de “elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas” para “elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas”. O programa continua compatível com o desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais. A exemplo dos programas que se prestam ao desenvolvimento da criação de outras espécies animais de interesse econômico, o que se pretende é particularizar no objetivo um instrumento por meio do qual a produtividade deverá ser promovida - a defesa zoossanitária. Os recursos para tanto já estão consignados em ações próprias e trata-se apenas de melhor visualização do importante papel do Estado, especialmente em cadeias produtivas tão sensíveis a importantes zoonoses que podem acometer o rebanho nacional, como a febre aftosa, para o quê os animais de porte médio servem como termômetro para detecção do surgimento de focos que podem comprometer a criação de outros grupos de animais, como bovinos e bubalinos.

1374 - Desenvolvimento da Educação Especial

Problema:

A legislação vigente no Brasil preceitua a igualdade de condições de acesso e permanência na educação e a não discriminação a qualquer título dos cidadãos brasileiros. No entanto, as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais ainda enfrentam muitas barreiras à sua plena participação na escola e na sociedade. Há muito por fazer para tornar os prédios escolares acessíveis, garantir apoio nas questões de comunicação e sinalização, assegurar informações e metodologias aos professores, desenvolver e prover as escolas de materiais didáticos, equipamentos e tecnologias. Hoje, mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de apoio pedagógico especializado pode criar obstáculos ao progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Além disso, cerca de 70% dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda estudam em escolas especiais ou em classes especiais. Ou seja, é preciso uma ação decisiva do governo que impulse as transformações necessárias para que o sistema educacional brasileiro se torne inclusivo: aberto a todos, sem discriminar ninguém, e capaz de atender seus alunos com qualidade, para que, independente de sua condição ou deficiência, possam desenvolver suas potencialidades. Se não eliminarmos as barreiras hoje existentes no campo educacional, não conseguiremos eliminar as outras: de integração ao trabalho, à cultura, ao lazer. Em outras palavras, se não for pela educação, as pessoas com necessidades educacionais especiais, vinculadas a deficiências ou outras condições específicas, não se tornarão cidadãs brasileiras, permanecendo sujeitas a uma precária inserção laboral - quando existente - ou a ações assistenciais. É importante ressaltar que os principais instrumentos do direito internacional de que o Brasil é signatário enfatizam a necessidade de implementar políticas que promovam a plena integração social das pessoas com deficiência e de eliminar todas as formas de discriminação. O apoio pedagógico especializado - ação da educação especial - é o instrumento de política pública capaz de tornar esses compromissos uma realidade, assegurando uma educação inclusiva de

qualidade. Esse desafio não se resolve com ações pontuais, focalizadas. Deve ser enfrentado com um amplo e articulado movimento de mudança para a inclusão educacional e social, que congregue a Presidência da República, os Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social), as organizações da sociedade civil, o Ministério Público, as pessoas com deficiência, os grupos de direitos humanos, as entidades de trabalhadores e de empresários e, principalmente, as comunidades escolares de todo o Brasil e de todos os níveis e etapas da educação: gestores, professores, funcionários, técnicos, alunos e pais, da educação infantil ao ensino superior. O grande vetor desse movimento é o exercício da função social da escola, compromisso histórico desta gestão: a universalização do ensino de qualidade como base para a cidadania plena.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Trata-se de um programa novo; como objetiva assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, o programa está compatível com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, alinhando-se à diretriz de promoção de política educacional inclusiva para os portadores de necessidades educacionais especiais, uma vez que pretende impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino, além de garantir o atendimento pedagógico especializado.

1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil

Problema:

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de frequência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la em creches e pré-escolas para toda a população.

Segundo dados da PNAD/2001, menos de 35% das crianças de 0 a 6 anos de idade estão freqüentando creche ou pré-escola. Na faixa etária de 0 a 3 anos, apenas 7,3% das crianças procedentes de famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo estão freqüentando creche, para um percentual de 32,6% das crianças provenientes de famílias com mais de 3 salários mínimos. Na faixa de 4 a 6 anos, embora a situação seja melhor, a diferença das taxas de escolarização entre as crianças continua marcante: até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a taxa de escolarização é de 57,4% e com mais de 3 salários mínimos, sobe para 94,5%. Portanto, é evidente o desequilíbrio entre a oferta de educação infantil e a demanda por creches e pré-escolas de modo a garantir o cumprimento da LDB.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As mudanças no programa derivam da intenção de consolidar a política de educação infantil no âmbito do Ministério da Educação, abarcando as ações voltadas para o atendimento de crianças em creches e pré-escolas. Assim, ações voltadas para a pré-escola que estavam no programa Brasil Escolarizado foram

transferidas para este programa. Além disso, novas ações foram criadas visando fortalecer a política de educação infantil no país. Ocorreu um pequeno ajuste na denominação do programa para dar clareza quanto ao objetivo a que se destina. O programa está em consonância com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, mediante a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade do atendimento.

1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Problema:

O último Censo da Educação Profissional no Brasil aponta um total de 716 mil matrículas no nível técnico e 91 mil concluintes, indicando que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que têm direito à educação e ao desenvolvimento profissional. Além disso, sendo fundamental o papel da educação profissional e tecnológica na retomada do crescimento econômico, uma vez que a geração de empregos e o desenvolvimento tecnológico exigem qualificação e formação profissional da força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas visam adequar o programa à nova abordagem da política educacional adotada pelo Ministério da Educação, baseada fundamentalmente em programas diferenciados por níveis ou modalidades de ensino. Para isso, além da alteração na denominação deste programa, fez-se necessária a exclusão das ações destinadas à pós-graduação e a incorporação daquelas destinadas à educação profissional antes vinculadas a outros programas, de forma a melhorar seu foco de atuação na educação profissional. O programa está compatível com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, na medida em que pretende ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superior, atendendo parte da demanda por formação profissional, técnica e tecnológica, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.

0120 - Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Problema:

A reduzida presença do Estado nas áreas de fronteira dificulta a integração de sua população ao restante do país, além de não conciliar os objetivos de defesa nacional com os de consolidação da democracia, cidadania e do desenvolvimento regional. Também as más condições de vida da população dessas áreas e a sua vulnerabilidade do ponto de vista socioeconômico criam condições para uma crescente penetração da ilegalidade, tais como o narcotráfico e o contrabando.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas visaram a adequação de indicadores, pois o programa vinha operando sem os mesmos. A sugestão foi recuperar o indicador de cobertura que vinha sendo utilizado até 2003, associado ao indicador “Número de ocupações geradas nos arranjos produtivos locais apoiados pelo programa”, medido por valores absolutos.

Estas modificações propostas estão compatíveis com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local e suas diretrizes associadas.

A alteração relativa aos valores e metas físicas na ação 004D – Apoio a Implantação de Infra-estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira é decorrente da realocação de recursos decorrente da reprogramação.

0353 - Desenvolvimento da Heveicultura

Problema:

A pequena competitividade do Brasil no setor, em virtude dos pequenos avanços nos sistemas de produção e do estrangulamento nos processos de comercialização e industrialização, inviabiliza economicamente a atividade, o que gera dependência de importações (em um setor em que o Brasil já foi líder no comércio internacional), pressão atópica e risco ambiental em áreas de exploração extrativista e desmantelamento social nas áreas de produção.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu correção textual e compatibilização técnica do objetivo, que passou de “buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero mediante o incremento da rentabilidade econômica, social e a preservação ambiental e ecológica”, para “buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero mediante o incremento da rentabilidade econômica, o desenvolvimento social e a conservação ambiental”. Não se há de promover desenvolvimento econômico com preservação, mas com conservação ambiental, com a exploração sustentável dos recursos naturais.

O programa concorre para o alcance do desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

0369 - Desenvolvimento da Horticultura

Problema:

A adequação da atividade de horticultura nacional aos padrões de qualidade nacional e internacional é fundamental para o aproveitamento do elevado potencial econômico do setor e da manutenção e criação de postos de trabalho no campo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alteração no texto do objetivo, que passou de “aumentar a produtividade da olericultura, das plantas medicinais, da floricultura e das especiarias de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional” para “aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional”; o indicador do programa foi excluído e outros foram criados. A mudança se deu em razão da dificuldade de obtenção do indicador anterior, que não permitia uma medição precisa e não demonstrava, necessariamente, se o objetivo do programa estava sendo atingido.

A exemplo dos programas que se prestam ao desenvolvimento da cultura de outras espécies vegetais, o que se pretende é particularizar no objetivo um instrumento por meio do qual a produtividade deverá ser promovida: a defesa fitossanitária. Os recursos para tanto já estão consignados em ações próprias e trata-se apenas de melhor visualização de importante papel do Estado, especialmente em uma cadeia produtiva em que prolifera o uso massivo de defensivos agrícolas, freqüentemente de forma inadequada, com inegáveis efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

O programa concorre para a transposição do desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0631 - Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Problema:

É necessário suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional através da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, apoiando as empresas no escoamento de suas produções, aumentando as opções de acesso ao território nacional, beneficiando a indústria do turismo, promovendo a integração regional como parte essencial da inserção competitiva do país no Mercosul e estabelecendo opções de acesso de aeronaves militares em todo país como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional. Nesse sentido, o objetivo desse programa é o de aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia do PPA foi proposto o indicador "Grau de desenvolvimento de construção, expansão ou conservação da infra-estrutura aeroportuária brasileira".

As ações abaixo indicadas foram consolidadas nas ações Reforma e Ampliação de Aeroportos de Interesse Nacional, Reforma e Ampliação de Aeroportos de Interesse Estadual, Construção de Aeroportos de Interesse Nacional, Construção de Aeroportos de Interesse Estadual:

106U - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Amapá-AP;
106V - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Regional do

Oeste do Paraná-Cascavel; 106W - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Balsas-MA; 106X - Construção de Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Cocal-RO; 106Y - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Chapadão do Sul-MS; 106Z - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo Bonito-MS; 107C - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Vacaria-RS; 107D - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Regional Sul-Jaguaruna-SC; 107E - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Planalto Serrano-Correia Pinto-SC; 107F - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Cabo Frio-RJ; 107G - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Barreiras-BA; 107H - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Paragominas-PA; 107I - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Barreirinhas-MA; 107J - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo Orlando Bezerra-Juazeiro do Norte-CE; 107K - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Catalão-GO; 107L - Construção do Pátio de Aeronaves do Aeroporto Regional da Zona da Mata-Juiz de Fora-MG; 107M - Construção do Pátio de Aeronaves do Aeroporto Bauru Novo-SP; 107T - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Nova Venécia - ES; 107U - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Ji-Paraná-RO; 107V - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Porto Murinho-MS; 107W - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São Joaquim-SC; 107X - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Vitória da Conquista-BA; 107Y - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Açailândia-MA; 107Z - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Araguaçu-TO; 108A - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Aripuanã-MT; 108B - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Arraias-TO; 108C - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Bom Jesus da Lapa-BA; 108D - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Cametá-PA; 108E - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Caruaru-AM; 108F - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Juara-MT; 108G - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Pimenta Bueno-RO; 108H - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto da Mata do Sul-Sirinhaém-PE; 108I - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto do Vale do Aço-Volta Redonda-RJ; 108J - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Regional das Hortências-Gramado-RS; 108K - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Nova Olinda do Norte-AM; 108L - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São Félix do Xingu-PA; 108M - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São José do Rio Preto-SP; 108N - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São Miguel do Oeste-SC; 108O - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo Leite Lopes-Ribeirão Preto-SP; 108P - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Maringá-PR; 5182 - Ampliação do Aeródromo Bittencourt - Japurá - AM; 5184 - Ampliação do Aeródromo de Barcelos - AM; 5186 - Ampliação do Aeródromo de Brasília - AC; 5188 - Ampliação do Aeródromo de Caruaru - AM; 5190 - Ampliação do Aeródromo de Cascavel - PR; 5192 - Ampliação do Aeródromo de Eirunepé - AM; 5194 - Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador - AM; 5196 - Ampliação do Aeródromo de Forte Príncipe da Beira - RO; 5198 - Ampliação do Aeródromo de Iauaretê - AM; 5200 - Ampliação do Aeródromo de Lages - SC; 5202 - Ampliação do Aeródromo de Maturacá - AM; 5204 - Ampliação do Aeródromo de

Oiapoque – AP; 5206 - Ampliação do Aeródromo de Palmeiras do Javari – AM; 5208 - Ampliação do Aeródromo de Pelotas – RS; 5210 - Ampliação do Aeródromo de Passo Fundo – RS; 5212 - Ampliação do Aeródromo de Ponta Pelada – AM; 5214 - Ampliação do Aeródromo de Porto Esperidião – MT; 5216 - Ampliação do Aeródromo de Querari – AM; 5218 - Ampliação do Aeródromo de São Joaquim – AM; 5220 - Ampliação do Aeródromo de Surucucu – RR ; 5222 - Ampliação do Aeródromo de Tarauacá – AC; 5224 - Ampliação do Aeródromo de Tiriós – PA; 5226 - Ampliação do Aeródromo de São Gabriel da Cachoeira – AM; 5228 - Ampliação do Aeródromo de Campo Grande – MS; 5230 - Ampliação da Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro – RJ; 5232 - Ampliação da Base Aérea dos Afonsos; 5234 - Ampliação do Aeródromo de Brasília – DF; 5236 - Construção do Aeródromo de Normandia - AM.

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais; e megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e aos desafios de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa; de impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável, e de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

0361 - Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies

Vegetais

Problema:

As restrições à incorporação de novas áreas na agricultura, aliada à crescente demanda interna e externa por cereais e outras espécies vegetais, para consumo humano e animal, afetam negativamente o agronegócio de cereais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Foram realizadas as seguintes alterações: mudança no texto do objetivo, que passou de “elevar a produtividade dos cereais e das forrageiras mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias” para “elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias”.

O programa concorre para a transposição do desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

1110 - Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia

Problema:

O desenvolvimento da nanotecnologia tem sido apontado como uma nova revolução tecnológica. As mudanças em produtos e processos industriais gerados por essa tecnologia prometem ser tão inovadoras que poderão causar obsolescência de diversos produtos e processos atualmente em uso. É necessário evitar que isso ocorra, comprometendo a competitividade da indústria brasileira e o conseqüente desenvolvimento econômico do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração do título da ação 7391 - Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e de Nanotecnologia, de modo a evidenciar a inclusão da microtecnologia, que apresenta alta sinergia com a nanotecnologia por ser também multidisciplinar. Houve ainda inclusão da ação 8655 - Fomento a Projetos em Micro e Nanotecnologia, objetivando representar uma base de sustentação para o desenvolvimento da micro e da nanotecnologia, via geração de conhecimentos, processos e produtos, e sua incorporação ao processo produtivo industrial, contribuindo para a inovação tecnológica do país e para a política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Além disso, foram identificados dois novos indicadores (“Número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos com apoio do programa” e “Taxa de participação do programa na geração de pedidos de patentes em nanotecnologia”), em consonância com o objetivo do programa e em substituição aos antigos indicadores, os quais mostraram-se inadequados para aferição de seus resultados. Estas proposições mostram-se bastante adequadas ao enfrentamento do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1028 - Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O programa possui uma lógica de atuação semelhante à do programa 1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO, inclusive com problematização semelhante e ações que atacam as mesmas causas. Por isso, houve uma realocação das ações e localizadores para o programa Promeso.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não houve prejuízo no alcance do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades, nem tampouco houve impacto no desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, pois as ações e localizadores deste programa foram realocados para o programa 1025 - PROMESO.

0363 - Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Problema:

Atualmente a produção de oleaginosas se restringe principalmente à cultura de soja. O crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu mudança no texto do objetivo, que passou de “elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas de mamona, dendê, babaçu, canola, girassol e algodão” para “elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas”.

O programa concorre para o alcance do desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0801 - Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

Problema:

O Estado necessita formar quadros de dirigentes e de carreiras do serviço público, qualificando-os com iniciativa, inovação e criatividade para assumir postos de alta responsabilidade; cabe difundir novos paradigmas e instrumentos de gerenciamento no setor público, voltados à eficiência e aos resultados, bem como renovar o conjunto do serviço público com base nas noções de mérito e de competência profissional, valorizando o servidor e vincular a capacitação aos objetivos estratégicos do governo e das instituições.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa busca promover a gestão pública efetiva, ética, transparente e participativa por meio do desenvolvimento de competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. A criação da ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais mantém o programa totalmente compatível com os desafios e diretrizes definidos no PPA.

0419 - Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Problema:

A alta taxa de mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte

decorre do seu reduzido acesso a crédito em modalidade adequada, das enormes obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e da necessidade de maior capacitação gerencial dos micro e pequenos empresários. O segmento necessita de um Fórum Institucional para debate de soluções voltadas para a desburocratização, desoneração tributária, facilitação de crédito e modernização empresarial, com vistas a ampliar sua contribuição à geração de emprego e renda no país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações propostas para este programa, referentes a alteração de seu público-alvo e do indicador ou de seus índices, não afetarão a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. Ainda continuarão sendo desenvolvidos estudos para melhor aferição dos índices do indicador por meio da ação específica incluída no programa de Gestão do Ministério.

O programa, que tem como objetivo o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial, encontra-se totalmente compatível com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a qualificação dos trabalhadores e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade de trabalho, inserido no megaobjetivo de crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades.

0412 - Desenvolvimento do Comércio Exterior

Problema:

A participação das exportações brasileiras no comércio mundial foi de aproximadamente 1% nos últimos doze anos. Em 2003, as exportações mundiais atingiram US\$ 7,4 trilhões, contra exportações brasileiras de US\$ 73,1 bilhões. A inserção pouco significativa do Brasil no comércio mundial produz reflexos negativos na redução da razão entre balanço de pagamentos e a dívida externa, e na geração de emprego e renda. Assim, torna-se necessário promover a expansão e a diversificação das exportações do país, bem como a incorporação de novos produtos, mercado e empresas exportadoras, atuando com ênfase em medidas que contribuam para simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e o acesso do empresariado a informações que facilitem sua inserção internacional de forma competitiva.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações propostas para este Programa, referentes a alteração de seu público-alvo e do indicador ou de seus índices, não afetam a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. A inclusão da ação orçamentária 2696 - Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços, extraída do Programa 0411 - Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços reforça positivamente a contribuição deste programa no alcance do desafio de ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais, e a ação 4611 - Publicidade

de Utilidade Pública permite aperfeiçoar a área de comunicação social do Ministério. O programa visa expandir a pauta exportadora do Brasil em quantidade e qualidade. Insere-se, portanto, no megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e objetiva alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego, coordenando e promovendo o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

5005 - Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Problema:

É necessário garantir a estabilidade de preços e do abastecimento interno de álcool e de açúcar, aumentando as exportações de álcool combustível.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 0360 - Concessão de Subvenção Econômica à Aquisição de Veículos Automotores Movidos a Álcool sofreu adequação do título, fazendo constar a data precisa de promulgação da lei que autoriza a subvenção. O programa é compatível com o desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Problema:

O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia. No Brasil, grande parte da produção do conhecimento científico e tecnológico acontece nas instituições públicas de ensino superior, que contam com uma infra-estrutura resultante, basicamente, das ações do Ministério da Educação, executadas pela Capes, por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Os esforços do governo federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O SNPG, no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país.

É necessário, portanto, promover a divulgação internacional do desempenho dos docentes e pesquisadores das instituições de ensino superior, a mobilidade acadêmica e a ampliação da cooperação internacional entre as instituições brasileiras e estrangeiras. Além disso, é necessário ampliar o acesso à

informação científica e tecnológica, inserir as ações da Capes no projeto de política industrial e minimizar as desigualdades regionais capacitando pessoal pós-graduado e promovendo a inclusão social. No contexto acadêmico e científico, a Capes promove a melhoria da qualidade da educação superior por meio da avaliação dos cursos de pós-graduação, do oferecimento de oportunidades de acesso à pós-graduação, do investimento na formação acadêmica dos docentes das universidades, da inserção de pesquisadores brasileiros no cenário internacional, da minimização das disparidades regionais na oferta dos cursos de pós-graduação, do acesso à informação em ciência e tecnologia por meio do portal de periódicos, além do desenvolvimento de linhas de políticas estratégicas de formação de pessoal qualificado para fazer face às necessidades do segmento tecnológico - principalmente do setor industrial. Essas são questões fundamentais que serão contempladas por esse programa, de forma a auxiliar o país na construção de uma sociedade mais justa e incluyente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é novo e objetiva formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil; portanto, está compatível com o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Problema:

O programa está sendo criado com base no artigo 208, inciso I, da Constituição Federal, que atribui ao Estado o dever de garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, não basta garantir o acesso, faz-se necessário assegurar a qualidade desse nível de ensino. Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB de 2001, realizado pelo INEP, indicam que dos alunos matriculados na 4ª série do ensino fundamental, cerca de 59% não desenvolveram habilidades elementares de leitura e 52,32% não conseguiram dominar parte importante dos conhecimentos e habilidades necessários ao seqüenciamento. Os dados relativos à 8ª série do ensino fundamental mostraram que apenas 9,55% dos alunos matriculados adquiriram competência suficiente para operar com textos mais complexos. É preciso, portanto, que sejam adotadas medidas sócio-educativas espelhadas nas ações do programa para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no ensino fundamental.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é novo e está relacionado ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, uma vez que objetiva assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental com qualidade.

1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio

Problema:

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.127/2001), que estabelece diretrizes e metas para dez anos, definiu metas para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizados em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/97), quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (inciso II, artigo 4º). A PNAD/IBGE de 2001 indica uma população de 169.369.557 habitantes, dos quais, 10.308.707 encontram-se na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, considerada legalmente regular para cursar o ensino médio. O censo escolar do mesmo ano demonstra que, desses jovens, somente 37% (cerca de 4 milhões) estavam matriculados no ensino médio, enquanto outro um milhão estava cursando ainda o ensino fundamental ou freqüentando cursos na modalidade de educação de jovens e adultos ou profissional. Com isto, concluímos que de 5 a 6 milhões de jovens na idade em que deveriam cursar o ensino médio sequer estão na escola. Por outro lado, observamos a demanda crescente pelo ensino médio, tanto advinda dos concluintes do ensino fundamental em idade regular, quanto daqueles que o concluem por outras estratégias, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos. Analisando os dados do censo de 2001, os concluintes do ensino fundamental da rede pública em idade regular foi da ordem de 1.500.000 e outros 900 mil, mesmo com idade superior a 17 anos, concluiriam também, naquele ano, o ensino fundamental. Se uma das razões que provocam a distorção idade/série e a elevada exclusão dos jovens do ensino médio é o não ingresso nesta etapa de ensino imediatamente após a conclusão do ensino fundamental, é preciso agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que concluírem o ensino fundamental em idade escolar regular. Para tanto, é necessário promover melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio, centrada nos sujeitos, na valorização e formação de professores, na melhoria da qualidade do ensino regular noturno e de educação de jovens e adultos, no comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira, bem como no desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes, jovens e adultos no ensino médio regular, o programa está relacionado com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0778 - Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Problema:

Por entender que o Mercado de Valores Mobiliários ainda não exerce plenamente a sua função de fomentar investimentos para o setor produtivos, o Programa de

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários visa fortalecer a atuação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, permitindo o aprimoramento das suas atividades de regulação, fiscalização, proteção ao investidor e disseminação de informação, a fim de atrair um volume maior de investimentos.

Uma das alternativas para minimizar o problema que o Programa de Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários se propõe a solucionar é diagnosticar os entraves a um maior crescimento, a redução, no que couber à CVM, do custo Brasil, a criação de regulações que estimulem um maior acesso dos pequenos e médios empreendimentos ao mercado de capitais e a identificação de novos mercados, capazes de atrair investidores nacionais e internacionais, dentro de um ambiente de transparência e segurança.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi criada uma ação padronizada e, também, alterados valores de algumas ações, adequando-as às suas metas, sem prejuízo do conteúdo do programa e da sua compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

0776 - Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Problema:

A demanda da sociedade é pela manutenção de um sistema financeiro nacional sólido, ou seja, sem ocorrência de situações de falta de liquidez das instituições financeiras e demais instituições sob supervisão do Banco Central do Brasil, bem como de irregularidades de outras naturezas, que possam acarretar fragilidades ao sistema financeiro nacional ou prejuízos a seus correntistas, seus clientes e à economia como um todo.

Trata-se de demanda permanente, de mais alta relevância para o País, inclusive como forma de assegurar a estabilidade econômica, na medida em que, não havendo um sistema financeiro sólido, não há como se falar em economia estável.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram definidos indicador e a sua referência; incluída ação padronizada e alterados os valores de algumas ações a fim de melhor adequá-las às suas metas, em nada afetando a compatibilidade com o desafio de ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo, definidos no PPA.

0779 - Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Problema:

Desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; carência de informação adequada nos canais de comercialização; necessidade de maior

transparência; concentração de mercado; baixa oferta de produtos; excesso de regulamentação em função da velocidade de expansão destes mercados nos últimos anos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas ações padronizadas e alterados os valores no período do plano para algumas ações, não se traduzindo em mudança na compatibilidade com os desafios e diretrizes do PPA.

1047 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

Problema:

A adversidade de condições climáticas a que estão submetidas muitas áreas do território nacional, notadamente a seca no semi-árido nordestino, vem sendo tratada de forma meramente paliativa e sem a devida articulação com os governos estaduais, municipais e a sociedade civil, levando à necessidade de uma ação integrada, permanente e contínua, que resulte na sustentabilidade hídrica, econômica, social e ambiental daquelas áreas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores não permitiam, na forma proposta pelo PPA, a avaliação precisa e eficaz dos resultados esperados e alcançados pelo programa. A proposição de novos indicadores, em acordo com a metodologia do PPA, permite medir o resultado do programa com maior grau de certeza. Também houve inclusão da ação Recuperação de Poços Públicos, que visa a recuperação, desobstrução ou substituição de componentes dos sistemas adutores, impossibilitados de fornecerem água às populações do semi-árido que muito carecem desse produto.

A modificação da denominação da ação 1852 - Dessalinização de Água - Projeto Água Boa para 8695 - Dessalinização de Água - Água Doce possibilitou o alinhamento das políticas do Ministério do Meio Ambiente e do DNOCS no que tange a instalação de dessalinizadores, bem como a capacitação de pessoas no semi-árido para o aproveitamento dos resíduos salinos provenientes dos dessalinizadores.

A mudança de tipo da ação 8687 - Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semi-Árido, que mudou de projeto para atividade, é decorrente do entendimento de que a capacitação é uma ação permanente do Estado. A modificação do produto de "pessoa capacitada" para "produtor capacitado" foi necessária para focalizar a atuação da ação.

A ação 6416 – Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais teve apenas seu código padronizado para 6424 - Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais.

As ações 5334 – Implantação do Canal Arco-íris e 5340 – Implantação do Canal Terra Nova, 4514 -Capacitação para Realização de Pequenas Obras Hídricas de Caráter Comunitário e 4532 - Fomento a Projetos Produtivos em Brejos da Barra

não foram validadas pela setorial na fase qualitativa. Os recursos previstos para estas ações na lei do PPA serão realocados em outras ações nos programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.

A exclusão da ação 4656 - Manutenção de Pequenas Obras Hídricas não inviabiliza o alcance dos objetivos do Programa por se tratar de uma ação de recursos insuficientes e que se superpõe a ações de outros órgãos/entidades, que podem ser integradas ao Programa.

A ação 4885 - Limpeza de Cacimbas, Poços, Bombas, Dutos e Produção de Água para quem tem Sede da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais – CPRM do Ministério das Minas e Energia foi excluída por não ser prioridade do Ministério.

As alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores de projetos e atividades e metas físicas são decorrentes das realocações e priorizações realizadas na programação nos Ministérios que constituem este programa multissetorial.

Estas adequações propostas no Programa mantiveram sua compatibilidade com o megaobjetivo II: Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades, com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, e diretrizes decorrentes.

1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Problema:

Existe um grande paradoxo entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312.000 toneladas, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores, comparados ao potencial humano, à qualidade e quantidade de água, insumos e clima, entre outras vantagens comparativas, indicam que, em curto prazo de tempo, a atividade pode se transformar em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e baías litorâneas, os grandes reservatórios e a região do semi-árido, dentre outras.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O fomento à atividade aqüícola é compatível com o desafio de governo de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

1342 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Problema:

A cadeia produtiva da pesca encontra-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional, a qual, em 2002, foi de 755.282 toneladas, sendo 515.866,5 toneladas provenientes da pesca extrativa marinha e 239.415,5 toneladas da pesca extrativa continental. Uma das

preocupações da SEAP/PR é a de garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e para a repartição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O fomento à atividade pesqueira é compatível com o desafio de governo de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Problema:

Cerca de 1/3 da população, 80% dos municípios e 90% da superfície nacional estão situados em municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento. A pobreza e a fome são problemas mais acentuados na quase totalidade dos “municípios rurais”. A grande maioria desses municípios não possui condições objetivas de promoverem, autonomamente, seu crescimento econômico, nem mesmo de participarem de processos induzidos não articulados ao conjunto das demandas sociais existentes, o que os obriga a dependerem de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político. Faltam capacidades locais, humanas e institucionais, para que se organizem ações articuladas entre os diversos setores econômicos e sociais, para planejar o futuro, organizar suas demandas e desenvolver mecanismos de gestão social, que enfrentem seus principais problemas e aproveitem suas potencialidades, contribuindo para a segurança alimentar, combate à pobreza e à exclusão social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Frente à grande heterogeneidade brasileira, a perspectiva territorial é um elemento catalisador das políticas que buscam o desenvolvimento equilibrado, acelerando o desenvolvimento de capacidades para a autogestão do desenvolvimento, valorizando os recursos locais, estimulando a solidariedade e a participação, de tal forma que aquelas políticas possam, efetivamente, provocar as transformações reclamadas pela sociedade. A estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável está fundamentada no estabelecimento de ações visando a inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade socioeconômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não governamentais. As mudanças efetuadas no programa mantêm e aperfeiçoam essa estratégia; dessa maneira, houve a migração da ação Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agricultura Familiar do programa 0351 - Agricultura Familiar - PRONAF para este programa, em razão do produto gerado pela sua execução contribuir fundamentalmente para o alcance do seu objetivo; ainda sobre essa ação, foi alterada sua denominação para "Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais" o que a torna mais condizente com a sua forma de execução. Foi aumentada a meta

física da ação 102C – Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, ampliando sua perspectiva de atendimento. O indicador do programa foi substituído por novos indicadores, com o objetivo de melhor refletir os resultados sobre o público-alvo, aumentando assim sua efetividade. Desse modo, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

0498 - Desenvolvimento Sustentável do Pantanal

Problema:

A grande pressão ambiental que as atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatória e turismo) exercem sobre os recursos naturais, bem como o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização (água, esgotos, resíduos sólidos e estradas) está levando a condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação os corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai BAP.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em virtude da incapacidade orçamentária do programa de executar essa operação de crédito externa, as ações Apoio à Implantação de Estradas-Parque e Cênicas na Bacia do Alto Paraguai e Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Bacia do Alto Paraguai, que exigem vultosos recursos financeiros, foram repassados para a responsabilidade de execução dos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades, respectivamente. Foi alterado um indicador e foram estimados os índices dos dois indicadores para todo o período do Plano.

A realocação das ações de infra-estrutura de saneamento e de transporte transfere as responsabilidades para os ministérios com atribuição legal para tal atuação. O programa, agora com uma agenda eminentemente ambiental, mantém sua compatibilidade com o desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, visto que prevê a execução de ações necessárias para atacar os problemas de degradação ambiental do ecossistema, assoreamento e contaminação dos corpos hídricos.

0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Problema:

Constata-se a ausência de mecanismos que proporcionem à população assentada a capacitação e a obtenção dos meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo; que permitam as inserções econômica, social, cultural e política ou que respeitem as diversidades regionais e melhorem a sua qualidade de vida e cidadania. A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento sustentável reafirma a importância das ações de reforma agrária

como indutoras do desenvolvimento regional capaz de levar qualidade de vida ao campo. Ocorre ainda a situação em que os assentamentos localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica dissociada da produção e da comercialização, bem como ausência de

um programa de assistência técnica e de capacitação resultaram no endividamento e evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da política de reforma agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é executado a partir da identificação da realidade socioeconômica regional e das demandas necessárias dos assentamentos, buscando sua sustentabilidade. Os projetos de assentamento que apresentam passivos de infra-estrutura, créditos, organização espacial e estruturação produtiva e social são objeto de atendimento de forma substantiva para recuperação e integração local, por meio de planos de recuperação. Assim, os ajustes no programa foram efetuados de modo a garantir seu pleno atendimento em tempo oportuno; dessa forma, alterou-se o objetivo e o horizonte temporal do programa, visando melhorar sua redação e não passar uma idéia de um programa contínuo, devendo o órgão envidar esforços para sua superação no período previsto. Os ajustes nos atributos das ações deste programa, tais como título, finalidade e descrição foram necessários para melhor adequação ao objetivo do programa e aos objetivos setoriais do Órgão. Os indicadores do programa foram alterados para melhor refletirem os resultados sobre o público-alvo, aumentando assim, sua efetividade; já o aumento da meta física e valor da ação 5158 - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária ocorreu em razão do aumento do limite do Órgão em relação à programação anterior e da mudança do produto da ação. Portanto, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Problema:

A defasagem científica, tecnológica e a ociosidade industrial em áreas estratégicas do setor de energia tem conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações processadas nos atributos das ações fortalecem o compromisso do programa com os objetivos do PPA. O programa pretende desenvolver tecnologias relacionadas ao setor energético em institutos de pesquisa e transferi-

las ao setor produtivo, visando a expansão e a modernização do parque industrial brasileiro, fortalecendo assim as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento brasileiro e a geração de emprego e renda. Este propósito está compatível com o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Problema:

Constata-se o desconhecimento ou conhecimento parcial, por povos estrangeiros, da sociedade brasileira, sua cultura, seus valores e das políticas interna e externa do país, resultando em distorção da imagem do Brasil, em preconceitos ou formação de estereótipos e tendências localizadas a noticiário negativo sobre o país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O objetivo do programa é ampliar o conhecimento do governo e dos povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país. Está vinculado ao objetivo setorial de promover a imagem do Brasil no exterior contribuindo para a criação de percepção favorável do país junto ao investidor estrangeiro, estando este, por sua vez, relacionado ao desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. Foi incluída a ação 2531 – Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros, absorvida do programa 0684 - Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional, que contribui para o objetivo deste programa e mantém a sua vinculação com o objetivo setorial e com o desafio de governo.

Foi incluída a ação 6641 - Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior e a ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, para a produção e distribuição de material de divulgação; essas duas ações novas contribuem diretamente para o objetivo do programa; além disso, houve exclusão da ação 2836 - Veiculação de Matérias sobre o Brasil. Por outro lado, a ação 0967 – Cooperação Brasileira para o Ensino da Língua Portuguesa no Timor Leste foi alocada no programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, de responsabilidade do Ministério da Educação.

1112 - Difusão e Popularização da Ciência

Problema:

No Brasil, a difusão e o acesso ao conhecimento ainda são insuficientes. Ampliar esse acesso significa responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas. Todos os cidadãos necessitam de conhecimentos básicos e aplicados de ciência e tecnologia, de modo a garantir sua prosperidade, segurança, qualidade de vida e participação social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração do título da ação 0760 - Apoio às Unidades de Ensino de Ciências em Escolas Públicas e Espaços não Formais de Educação, de forma a adequá-lo ao que efetivamente será implementado pela ação. Foi realizada ainda a inclusão da ação 6702 - Difusão e Popularização de C&T para Inclusão Social, com a finalidade de contribuir para o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT&I, bem como da ação 6777 - Difusão Técnica e Científica na Área Nuclear, tendo em vista que a promoção de eventos nacionais voltados para a difusão do conhecimento científico e tecnológico da área nuclear é atividade estratégica para o governo federal.

Cabe mencionar, também, a inclusão do indicador "Número-índice de docentes capacitados no ensino de ciências com o apoio do programa", inserido por permitir capturar o esforço de capacitação com vistas à difusão da ciência.

As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos

Problema:

Ocorrência de violações aos direitos humanos, fruto da dificuldade do Estado em garantir os direitos de todos e da cultura de desrespeito aos direitos humanos, intolerância e preconceito existente na sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com o objetivo de conferir maior transparência à sociedade do que está sendo feito para garantir os direitos humanos, foram criadas novas ações no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos e migradas ações desenvolvidas em outros programas.

Foi incluída a ação Apoio a Ações de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica. A questão da erradicação do subregistro de nascimento tornou-se uma das prioridades do Governo Federal e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH. A falta ou a dificuldade de acesso à documentação civil básica e, particularmente, ao registro civil de nascimento constitui violação de direitos na medida em que nega a cidadania a uma pessoa nascida em território nacional ou filha de pais brasileiros. Além disso, restringe o acesso dessas pessoas a programas sociais importantes como os de transferência de renda e educação, entre outros. A ação contribui para a implementação dos megaobjetivos I e III e a superação dos desafios 1, 2, 3, 7, 9 e 19.

A ação de Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário é uma doação da Comunidade Européia que visa auxiliar na instauração da responsabilização democrática das forças policiais brasileiras, particularmente no que concerne ao respeito pelos direitos humanos e à redução

do uso de métodos violentos na luta contra a criminalidade. Também houve inclusão da ação Proteção a Defensores de Direitos Humanos, que é fundamental para proporcionar aos defensores dos direitos humanos de todo o país condições para que desempenhem suas atividades com segurança e apoio quando envolvidos em situações de ameaça ou risco iminente a sua integridade física. Essas duas ações são compatíveis com o megaobjetivo III e com os desafios 19, 21 e 23.

Houve ainda alteração da ação Apoio ao Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direitos). Propõe-se tratar a questão da documentação em separado, considerando a prioridade no tratamento desse tema. A ação alterada incluiria outras atividades já desempenhadas pelos Balcões de Direitos, como orientação jurídica gratuita, mediação de pequenos conflitos e disseminação de informações sobre direitos humanos. A ação corrobora a implementação do megaobjetivo III e do desafio 19, principalmente.

Foi alterada a ação Apoio a Capacitação de Profissionais e Representantes do Movimento Social em Direitos Humanos, consistindo na mudança do título da ação para Apoio à Capacitação em Direitos Humanos, forma como o tema passou a ser tratado com o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em dezembro de 2003, pelo Presidente da República. Permanecem seus objetivos e finalidades.

Foi excluída a ação Funcionamento da Rede Nacional de Informações e Combate à Tortura, mas o objetivo dessa ação será alcançado com a implementação das demais ações do programa. Ademais, o combate à tortura permanece como meta institucional prioritária da SEDH. Além disso, a ação e Concessão do Prêmio Direitos Humanos foi transformada em não-orçamentária.

0283 - Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Problema:

Existe necessidade de ampliação, modernização e manutenção da infra-estrutura de distribuição, de modo a minimizar o risco ambiental e a atender a demanda do crescente mercado consumidor de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações feitas nos atributos das ações enfatizam o compromisso do programa com os objetivos do PPA. O programa visa oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis. Tal propósito está coerente com o desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0753 – Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Problema:

Faz-se necessário divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. A alteração não prejudica a compatibilidade do programa com o desafio de governo de democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

1218 - Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos

Problema:

Embora a atividade de transplante de órgãos e tecidos no Brasil, iniciada em 1964, tenha registrado uma evolução considerável, o número de doações realizadas é insuficiente frente à demanda e ainda é baixa a capacidade técnica e operacional para realização de transplantes no país. Em consequência, é elevado o tempo de permanência de pacientes na fila de espera para realização de transplante. Além disso, os serviços e profissionais capacitados estão concentrados nos grandes centros urbanos, notadamente das regiões Sudeste e Sul.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A implementação do Sistema Nacional de Transplantes envolverá iniciativas destinadas a reduzir o número de pacientes inscritos em lista de espera e a promover a estruturação da rede envolvida. Medidas que mobilizem e incentivem a população à doação de órgãos serão adotadas. Houve alteração no público-alvo do programa, a partir do entendimento de que os profissionais da área da saúde são atores importantes na implementação do programa, mas não se caracterizam como público-alvo, como constava anteriormente.

As alterações implementadas nesse programa possibilitarão a execução das ações de forma mais efetiva e compatível com o desafio específico e as diretrizes do Plano Plurianual, haja vista a promoção da equidade na implementação das políticas sociais.

1138 - Drenagem Urbana Sustentável

Problema:

Prejuízos são ocasionados pelas águas fora de controle que atingem com maior severidade e mais duramente as populações localizadas, por força de sua condição socioeconômica, em áreas de risco dos municípios brasileiros. A

situação é decorrente da baixa capacitação institucional e técnica dos municípios, o que resulta na concepção inadequada e na baixa sustentabilidade das ações de drenagem urbana.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas levaram em consideração a adequação de indicadores, pois os mesmos não permitiam a avaliação precisa e eficaz dos resultados esperados e alcançados pelo programa. Também houve alteração de produto da ação 3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária, que passou de “projeto apoiado” para “família beneficiada”, de forma a focalizar a atuação da ação.

A modificação da denominação da ação 1662 - Obras de Drenagem para Obras de Macrodrenagem foi motivada pelo fato de que, institucionalmente, este tipo de drenagem é competência do Ministério da Integração Nacional. Não obstante, esta ação é referente a realização de obras de macrodrenagem, tais como retificação de cursos d'água, canais, controle e contenção de enchentes e canalização de córregos. As adequações propostas no Programa mantiveram sua compatibilidade com o desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente e suas diretrizes associadas, e a alocação de grande parte dos recursos nesta ação sinaliza que nos próximos anos, o Ministério da Integração Nacional, priorizará esta ação de obras de macrodrenagem, no qual permite a melhoria da habitabilidade, haja vista que a drenagem urbana é condição sine qua non para o bem-estar e qualidade de vida nas cidades.

1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento

Problema:

Entre 1943, data da promulgação da CLT, e 1988, data da promulgação da atual Constituição Brasileira, os trabalhadores assalariados conquistaram uma série de direitos trabalhistas e previdenciários, negados aos trabalhadores autônomos, de empreendimentos familiares e os que vivem em condições precárias de trabalhos ocasionais, temporários, contratados à margem de todos os regulamentos do assalariamento. Sempre que a economia crescia, uma parte dos trabalhadores marginalizados conseguia se transformar em assalariados regulares. Com o crescimento intenso da economia brasileira, entre 1932 e 1980, este contingente foi aumentando até atingir cerca de 50% da força de trabalho ocupada. As duas últimas décadas do século XX foram perdidas em termos de crescimento econômico e a tendência de gradativa inclusão dos trabalhadores se inverteu: o desemprego tornou-se de massa, a capacidade de luta dos sindicatos se debilitou por causa disso e as empresas, expostas à competição de produtos importados de países com escassos direitos sociais, passaram a substituir empregados regulares por contratados em condições precárias, inteiramente destituídos de direitos sociais. As empresas que procediam assim conseguiam reduzir seu gasto com mão-de-obra, o que aumentava sua competitividade; outras empresas, para não serem excluídas do mercado, acabaram fazendo o mesmo. Este processo vem se desenrolando quase ininterruptamente durante os últimos 22 anos. Em 1999, a parcela de assalariados em relação ao total de pessoas ocupadas havia

caído para 50,6%, dos quais apenas 33,5% com carteira assinada ou estatutários.

Tomando apenas a proporção com carteira assinada, que constitui o vértice operário do modelo tripartite, tradicional no MTE, ela passa de 39,1% em 1989 para 27,0% em 1999. Na realidade, a crise do trabalho acarretou uma grande diversificação de modos de produção, à medida que pessoas e comunidades, privadas de suas fontes de trabalho e renda, viram-se obrigadas a inventar novas. As estratégias de redução do desemprego até hoje adotadas têm se detido, principalmente, na concessão de crédito para pequenos empreendimentos, para o setor informal e mesmo a agricultura familiar. Ocorre que estas estratégias não têm alcançado plenamente seus objetivos, dado que, por exemplo, não atingem seu público-alvo e não reduzem a mortalidade dos pequenos empreendimentos e das cooperativas. Mas, mesmo que elas avancem neste sentido, tais estratégias não respondem plenamente à tendência de redução do emprego regular e não barram os constrangimentos gerados pela globalização comercial. A economia solidária se coloca como uma alternativa para reduzir a dependência de crédito através do apoio a diversas experiências já existentes que caminham no sentido de criar relações sociais que dependam menos do mercado capitalista e sejam propositivas de um sistema de finanças solidário. A economia solidária pode, por exemplo: a) viabilizar micro e pequenas empresas através da formação de cooperativas de compra e venda e cooperativas de crédito; b) contribuir para a formação de cooperativas de produção, formadas em assentamentos de reforma agrária ou através da reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados tornados cooperados; c) fomentar sistematicamente a formação de cooperativas por jovens que deixam os bancos escolares, inclusive incorporando nelas um certo número de trabalhadores desempregados mais velhos, experientes no ramo de negócios escolhido.

Tudo isto poderia engendrar a criação e a preservação de milhares de postos de trabalho. A não implementação do programa significaria a perda de oportunidade de potencializar o caráter emancipatório da economia solidária, tendo por conseqüência a necessidade contínua de políticas compensatórias para o público alvo, sem diminuir sua vulnerabilidade estrutural na economia. Embora existam condicionantes desfavoráveis que são aqueles relacionados à cultura individualista e concorrencial que permeia o mundo dos negócios, há um ambiente sócio político favorável à implementação do programa, com a existência de movimentos sociais e organizações calcados nos princípios da economia solidária. Além disso, o momento político atual favorece o fortalecimento desses movimentos, sendo a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES fruto da articulação entre esses movimentos e o Estado. Assim como o Brasil, passam pela crise do trabalho a maior parte dos países da América Latina, América do Norte e Europa. Como reação à mesma, a economia solidária também vem ressurgindo em muitos destes países, sob grande variedade de modalidades de empreendimentos e de associações. Estão se forjando laços entre as entidades que fomentam, amparam e praticam a economia solidária, nos diferentes países, tendo em vista intercambiar experiências e formar redes de colaboração e ajuda mútua. O Brasil é um dos poucos países em que o apoio público à economia solidária vem se estendendo aos três níveis da federação. Isso torna a SENAES um foco natural de convergência destes esforços de intercâmbio e colaboração internacional. Para a comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários, a expansão do comércio justo entre continentes e

países vem adquirindo importância. Uma ação coordenada pela SENAES de estreitamento de relações entre apoiadores e praticantes da economia solidária dos diversos países se faz cada vez mais necessária.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 8275 - Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão, como forma de contribuir para o alcance do objetivo do programa. As alterações efetuadas no programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, bem como com a diretriz de implementar legislação e programas de crédito e microcrédito voltados aos setores da economia solidária.

0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Problema:

Os preceitos socioambientais não estão suficientemente inseridos na formulação e implementação das agendas governamentais, em todos os níveis e instâncias, nem tampouco no cotidiano da sociedade brasileira. A insustentabilidade do modelo de produção e consumo, sobretudo nos países industrializados, se faz explícita no quadro da problemática ambiental. Já nos países em desenvolvimento, a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionados.

Embora haja uma incumbência legal do poder público em definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, ele tem atuado de forma pouco articulada no campo da educação ambiental. Com decisões tomadas de forma isolada e direcionadas a pequenos estratos sociais, não há efeito ou repercussão sobre parcela majoritária da sociedade, não sendo, portanto, identificadas mudanças substanciais no comportamento e hábito do cidadão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A problemática a ser solucionada pela implementação do programa não é suficientemente atacada pelas atuais ações do programa, permanecendo algumas causas sem o enfrentamento necessário, haja vista a baixa governabilidade do MMA sobre estas causas. Deste modo, faz-se necessário a substituição de algumas ações, bem como a adição de novas ações.

A inclusão da ação Produção e Veiculação de Programas de Educação Ambiental contribui para a disseminação de informação em veículo de comunicação de larga escala, promovendo os preceitos socioambientais para toda a sociedade brasileira. A alteração de objetivo foi realizada apenas para adequação de redação, não tendo nenhum impacto sobre o programa. Em virtude da inadequação do indicador atual, o programa estará construindo seu indicador e contará com recursos orçamentários para isso através da ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

O programa tem compatibilidade direta e explícita com o desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental, promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental, bem como com as diretrizes de valorização e disseminação da educação ambiental, de promoção e apoio a iniciativas de gestão ambiental das comunidades locais, de incentivo ao consumo consciente e sustentável e de estímulo à difusão do modelo de produção agro-ecológico.

1350 - Educação do Campo (PRONERA)

Problema:

Além da geração de emprego, que se constitui numa das prioridades de governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como missão fortalecer a agricultura familiar e avançar na reforma agrária, visando construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável. De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP, o país possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com este estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural (28,7%) é três vezes superior a urbana (9,5%). Nesse sentido, o programa se justifica pela urgência na alfabetização e escolarização desses trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, que se encontra limitada por não dominarem o mundo da escrita e da leitura, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização, para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção. A permanência dos atuais níveis de analfabetismo e baixa escolarização comprometem o sucesso da própria reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e agricultores familiares, aliado ao processo de formação pelo qual estes jovens passariam trabalhando durante dois anos nestas áreas, através da participação em uma Especialização Lato Sensu, contribuiria para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma matriz tecnológica baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Um dos objetivos do MDA é promover a inovação tecnológica e o acesso ao conhecimento para os assentados e agricultores familiares, buscando a implantação da nova política de assistência técnica e extensão rural, que seja capaz de contribuir na construção de modelo de desenvolvimento sustentável para o campo. Para cumprir essa tarefa é imprescindível garantir o acesso à escolarização formal aos trabalhadores rurais, bem como promover novas políticas de formação para construir uma nova concepção de assistência técnica, capaz de orientar este novo modelo. Dessa forma, o programa mostra perfeita sintonia com os desafios de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em

consideração as condições dafo-climáticas nas diferentes regiões do país e de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país.

1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania

Problema:

A educação é um direito de todos e garantir o exercício deste direito é função primordial de qualquer governo democrático. O Ministério da Educação, como responsável pela política nacional referente a este direito básico, deve promover a igualdade de acesso e permanência, respeitando as especificidades das populações locais que compõem a nação brasileira.

A necessidade premente de ações educacionais mobilizadoras para fomentar a igualdade de acesso e a permanência nos sistemas educacionais encontra amparo na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Declaração de Hamburgo (1997), no Plano Nacional de Educação, na Declaração dos Direitos Humanos (1948), na Declaração de Durban (2001) e na Convenção 169/ OIT, ratificados pelo Brasil. A desigualdade é uma das principais características da sociedade brasileira: as distâncias que separam, por exemplo, pobres e ricos, mulheres e homens ou pessoas do campo e da cidade são abissais. E mais, essas distâncias têm diminuído pouco nos últimos anos.

Estudos recentes realizados por diversas instituições evidenciam que a discriminação (racial, étnica, de orientação sexual ou geracional) é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional. De fato, considerando o corte racial e utilizando dados da PNAD/IBGE, alguns estudos mostram a perturbadora persistência da diferença de 2,3 anos no número médio de anos de estudo entre brancos e negros, entre 1992 e 2001. Embora tanto brancos quanto negros venham aumentando a média de anos de estudo, a diferença entre ambos persiste. Essas desigualdades são resultado de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Pesquisa atual da Unesco, que levanta o perfil dos professores brasileiros, indica que “os professores não desejam ter como vizinhos principalmente: os viciados em drogas (69%), as pessoas que foram presas (50%), as prostitutas (42%), os favelados (27%) e os homossexuais (21%)”. As consequências da persistência dos índices de desigualdades são perversas. De um lado, a permanência das desigualdades naturaliza a participação diferenciada de negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, de crianças e jovens com orientação sexual para pessoas do mesmo sexo nos espaços educacionais, reforçando a estigmatização sofrida por esses grupos da população, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania. De outro lado, o processo de exclusão do sistema educacional vivido por negros, indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, e crianças e jovens de baixa renda compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Tal processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade e aprofunda o processo de fratura social que marca o Brasil contemporâneo. Assim, o enfrentamento do

problema das desigualdades no espaço educacional requer o desenvolvimento de um conjunto de ações específicas voltadas para, de um lado, reconhecer e valorizar a diversidade social característica da população brasileira (produzindo material didático, capacitando profissionais da educação, promovendo o convívio dos diversos grupos por meio de atividades culturais, de esporte e de lazer no espaço escolar, estimulando a criação de redes) e, de outro, garantir a oportunidade de acesso aos diversos níveis de ensino (promovendo cursos de reforço escolar, concedendo bolsas de estudo). É importante ressaltar que a democratização das relações na área educacional passa, também, pelo fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre Estado e sociedade. Portanto, a estratégia adotada pelo programa Educação para a Diversidade e Cidadania deverá auscultar os movimentos sociais, bem como apoiar iniciativas inovadoras já implementadas por organizações da sociedade. Por último, ao combate às desigualdades soma-se a preocupação com a educação ambiental, no sentido de preservar a qualidade de vida das gerações futuras. Trata-se, pois, de promover, por meio de uma atuação em conjunto com os sistemas educacionais, a inclusão educacional e o fortalecimento da diversidade social e ambiental. Busca-se articular um conjunto de ações que assegure a igualdade de oportunidade de acesso e de permanência de grupos discriminados ou excluídos nos distintos níveis de escolarização, desenvolvendo e implementando instrumentos e procedimentos de educação formal e não-formal orientados pelo respeito às diferenças culturais, étnico-raciais, de orientação sexual, de gênero e de idade, contribuindo para a democratização das relações sociais e a consciência ambiental na educação. Para tanto, as ações implementadas buscarão atingir os principais agentes e sujeitos educacionais, quais sejam: os alunos, seus familiares e os profissionais da educação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

O programa é novo e compatível com o desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, uma vez que objetiva assegurar o respeito à diversidade.

1048 - Educação para Alimentação Saudável (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O problema que originou o programa não foi superado. Suas ações foram absorvidas pelo programa 1049 - Acesso à Alimentação, de forma a contribuir para o objetivo de garantir segurança alimentar por meio de uma alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Embora excluído, não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, tendo em vista que as ações do programa continuarão a ser executadas por meio do programa 1049 - Acesso à Alimentação.

1311 - Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde

Problema:

O país vivencia um quadro em que há ausência de uma política de educação em saúde para o Sistema Único de Saúde que possibilite a qualificação permanente e o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, levando em consideração as necessidades do Sistema e as realidades específicas, de modo a concorrer para a melhoria da atenção à saúde e do SUS.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações se fizeram necessárias para melhor espelharem os resultados que se buscam alcançar com o programa, tendo se integrado às ações, entre outros, os esforços para a capacitação à distância de profissionais, a oferta de estágio aos estudantes das áreas de saúde na rede SUS e a promoção dos princípios da educação popular. A ação 5429 – Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem - PROFAE foi excluída do programa, uma vez que o projeto de profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem, que conta com financiamento externo, já vinha sendo executado, desde o início de 2004, por intermédio das ações 6199 - Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e 6488 - Apoio às Escolas Técnicas de Saúde, Escolas de Saúde Pública, Centros Formadores e Centros Colaboradores sem que houvesse qualquer prejuízo para o programa ou para o projeto.

A implementação das diretrizes do Plano pertinentes ao programa deverá envolver, além do Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, as esferas subnacionais do SUS e as instituições formadoras, de modo a garantir a escolarização, a qualificação e a capacitação profissional continuada na área de saúde, bem como a profissionalização em setores prioritários.

Assim, o programa permanece compatível com os desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1079 - Educação Previdenciária

Problema:

A insuficiente cobertura previdenciária é explicada, principalmente, pelo desconhecimento por parte das pessoas acerca da importância da Previdência Social para o equilíbrio e sustentabilidade do sistema social do país, principalmente entre os extratos sociais mais necessitados e expostos a riscos – os idosos e os pobres. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2002), do IBGE, dos 70,6 milhões de pessoas ocupadas entre 16 e 59 anos, 27 milhões não tinham qualquer seguro previdenciário ou assistencial, correspondendo a cerca de 38% dos trabalhadores em atividade. Não ter previdência é não ter substituição de renda na ocorrência de infortúnio, como doença, invalidez, morte ou idade avançada, entre outros; nessa situação, o trabalhador perde a sua dignidade porque passa a depender de familiares, de

terceiros ou da caridade alheia. Significa também maior empobrecimento da população, pois a falta de reposição de renda acarreta a redução dos recursos disponíveis, dada a sua divisão entre mais pessoas, diminuindo ainda mais a possibilidade de consumo, com conseqüências danosas para toda a economia, como também para a área da saúde e da segurança, uma vez que a falta de renda também afeta a qualidade de vida das pessoas, podendo causar doenças e gerar violência.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada a alteração de denominação do programa, que passou de “Proteção Previdenciária” para “Educação Previdenciária” e no título da ação 2282 – Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias, para permitir melhor compreensão da sua atuação. O desenvolvimento de uma cultura previdenciária e a divulgação de informações relativas ao sistema previdenciário, por meio de ações educativas que promovam e reforcem a imagem institucional, são mecanismos que estarão presentes na implementação do programa e conduzirão ao fortalecimento da cidadania e ao aumento da credibilidade da previdência pública, intensificando o aumento da cobertura, em razão da população estar consciente de seus direitos e deveres. As alterações de denominação e objetivo do programa visam adequá-lo a uma melhor compreensão da atuação do conjunto de suas ações. A partir do seu conjunto de ações, o programa contribui para o objetivo setorial de ampliar a cobertura previdenciária, visando a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, estando alinhado com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social e, em especial, com a diretriz de promoção do acesso das populações marginalizadas à Previdência Social.

1046 - Eficiência Energética

Problema:

Há significativo desperdício e uso ineficiente de energia no Brasil. Este programa objetiva reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos e pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia através da promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente visa aumentar a disponibilidade de energia para o País.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações processadas nos atributos das ações fortalecem o compromisso do programa com os objetivos do PPA. Atingir este objetivo garantirá a sustentabilidade da oferta de energia, o que está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1037 – Eficiência na Agricultura Irrigada

Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou demanda da sociedade a ser atendida.

Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no País para dimensionamento das necessidades hídricas dos cultivos, comprovadamente resultam no seu superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não sistemática, sendo necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias. Isso ocasionará uma otimização no uso da água na irrigação e permitirá liberação de água e energia elétrica para outros usos, aliada as elevações do rendimento dos fatores de produção, que resultarão em crescimento econômico.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração proposta no custo total do projeto é resultado da reestimativa do valor total da ação 5858 Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares.

A alteração relativa aos valores e metas físicas na ação 7016 – Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada é proveniente da realocação de recursos decorrente da reprogramação. Tal ação é importante na medida em que busca realizar um levantamento da localização e características principais de todas as áreas irrigadas no País - públicas e privadas - condição indispensável para a implementação das ações do Programa, desenvolvendo um banco de dados georreferenciados.

Tais alterações estão compatíveis com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, e diretrizes associadas.

1044 - Energia Alternativa Renovável

Problema:

É baixa a diversidade da matriz energética nacional, evidenciada pelo uso de poucas formas de energia alternativa e pelo atraso tecnológico. A oferta de energia, com recursos energéticos locais, promove a economia de divisas, contribui para o equilíbrio de oferta e demanda e reduz os riscos hidrológicos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações 10WE – Implantação de Unidades de Geração de Energia Elétrica Utilizando Biomassa como Combustível, 10WF – Implantação de Unidades de Geração Elétrica Utilizando Energia Solar, 10WG – Implantação de Unidades para Geração de Energia Térmica Utilizando Energia Solar e 11UG – Implantação de

Unidades de Produção de Biocombustíveis foram incluídas no programa. Estas inclusões, realizadas com o objetivo de disseminar o uso de energia alternativa renovável, bem como as mudanças processadas nos atributos de outras ações, ampliam a contribuição do programa para o alcance dos objetivos do PPA. O programa pretende ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais. Em seu âmbito também estão previstos o acompanhamento, a avaliação e a divulgação das ações do PROINFA, o que está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0294 - Energia na Região Nordeste

Problema:

A região Nordeste tem limitada capacidade de geração de energia, restrita aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, sendo dependente de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. Além disso, o consumo de energia no Nordeste concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda. Agrava esta situação o fato de que o Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 12BG – implantação de Unidade Auxiliar de Geração de Vapor na Termobahia/RLAM (BA), 8605 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste, e 8607 – Reforços no sistema de Transmissão do Nordeste, que visam melhorar a oferta de energia para a região Nordeste. A inclusão destas ações e as alterações realizadas nos atributos das demais reforçam a contribuição do programa no alcance dos objetivos do PPA.

Este programa visa atender as necessidades de energia elétrica do Nordeste e, desta forma, estimular os investimentos na região. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da matriz energética nacional. Assim, as obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. Isto está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0297 - Energia na Região Norte

Problema:

É pequeno o aproveitamento do grande potencial hidrelétrico da região Norte, que

tem regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do país. A reversão deste quadro possibilitará a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. Para este aproveitamento, torna-se necessária a atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 11YC – Implantação de Sistema de Transmissão Samuel – Ariquenes – Jauru – Ji-Parana (230 kV – 315 Km), em Rondônia, com o propósito de fortalecer a relação do programa com o PPA. As alterações realizadas nos atributos de outras ações também concorrem para este fortalecimento. O programa visa atender as necessidades de energia elétrica da região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional, o que levará novos investimentos para o local. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. Tais empreendimentos, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Este propósito está compatível particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0295 - Energia na Região Sul

Problema:

Há pontos de estrangulamento nos principais sistemas de transmissão do Sistema Elétrico Sul que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A região Sul, pólo de desenvolvimento industrial com elevado potencial de consumo, caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 12BJ – Implantação da Segunda Fase da Usina Termelétrica de Canoas e 6556 – Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas. Também foram modificados atributos de outras ações, visando reforçar a compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação da matriz energética, considerando a elevada reserva carbonífera existente, e atende às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados. Apresenta também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, o que melhorará a qualidade de vida da

população. Desta forma, concorre para o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Problema:

O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia, além de requerer a complementação e a atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões destacam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 104L – Implantação da 1º Fase da Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS), com 240 MW, 10WJ – Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP), com 195 MW, 10WL – Implantação da 2º Fase da Usina Termelétrica de Três lagoas (MS), 10WM – Implantação de Interligação dos Sistemas de Água e Vapor – Termorio/REDUC (RJ), 6556 – Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétrica e 8549 – Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Estas inclusões e as alterações realizadas nos atributos das demais ações reforçam a compatibilidade do programa com os objetivos do PPA.

O programa objetiva atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional, o que impulsionará os investimentos na região. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O programa é compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1042 - Energia nos Sistemas Isolados

Problema:

É insuficiente a oferta e baixa a qualidade no atendimento das necessidades de

energia elétrica dos Sistemas Isolados. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados (Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) ao Sistema Interligado Nacional. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, com elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. Além disto, o perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda e cultura, bem como hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a inclusão da ação 10WK – Implantação da Usina Termelétrica de Manaus (AM) com 720 MW, que ampliará o fornecimento de energia para os sistemas isolados. Esta inclusão e as mudanças feitas nos atributos de outras ações acentuam a compatibilidade do programa com o PPA. Este programa visa ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica e, ao atingir este objetivo, impulsionará os investimentos nestes sistemas. Isto está compatível particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1142 - Engenho das Artes

Problema:

O desconhecimento das artes e cultura brasileiras, bem como dos trabalhos produzidos nas diversas regiões do país, compromete a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção de um sentimento de pertinência a uma nação e a valorização individual e coletiva. A pouca valorização dessas atividades artísticas e culturais resulta em que elas acabam não sendo auto-sustentáveis, devido ao custo elevado de produção e por não terem a devida cobertura proveniente da bilheteria. Observa-se, ademais, reduzido número de atividades de formação profissional para as artes, o que dificulta o desenvolvimento de atividades de suporte aos espetáculos, como as de gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação, vestuário e outras, o que eleva ainda mais os seus custos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu modificações em sua concepção (fusão e exclusão de ações e melhor definição de público alvo) de forma a se adequar à nova estrutura do MinC. Houve reavaliação de seus indicadores, realizou-se a fusão de todas as ações de fomento na ação 4796 - Fomento a Projetos de Arte e Cultura e a ação 2639 - Registro de Direito Autoral migrou para o programa Livro Aberto.

O programa atende ao desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-

regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidade cultural e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, mediante a produção, a difusão e o acesso aos bens e serviços na área das artes integradas.

0640 - Ensino Profissional da Aeronáutica

Problema:

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a se aperfeiçoarem e a se qualificarem para melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas, e que as oportunidades para tal sejam freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

É objetivo específico deste programa a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia do PPA foram aperfeiçoados os atributos "objetivo" e "justificativa"; houve alteração nos índices de referência dos indicadores. O indicador "Taxa de aproveitamento acadêmico (formação)" passou de 84% para 92% e o indicador "Taxa de aproveitamento acadêmico (pós-formação)" passou de 92% para 95%. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais, bem como ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais e ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0638 - Ensino Profissional do Exército

Problema:

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a se aperfeiçoarem e a se qualificarem para melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas, e que as oportunidades para tal sejam freqüentemente oferecidas, tanto de sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

É o objetivo específico deste programa a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando do Exército.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Cabe ressaltar a necessidade de adequar o índice de referência do indicador do programa "Taxa de qualificação do Exército brasileiro" de 93,2% para 92,5%. As ações de Aperfeiçoamento de Oficiais, Aperfeiçoamento de Sargentos, Especialização e Extensão de Sargentos e Especialização e Extensão de Oficiais foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais, bem como ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais e ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0107 - Erradicação do Trabalho Escravo

Problema:

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no país, focalizadas especialmente nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão e Bahia, atingindo milhares de trabalhadores, o que aponta para necessidade de manutenção do programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como das ações conjuntas com outras instituições governamentais, visando a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 11D4 – Implantação de Vara do Trabalho Itinerante nos Estados do Amazonas e Roraima e 103X - Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Mato Grosso do Sul, como forma de contribuir para o alcance do objetivo do programa. A alteração efetuada no programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, bem como com a diretriz de combate à sobre-utilização do trabalho e a sua precarização.

0068 - Erradicação do Trabalho Infantil

Problema:

O programa visa enfrentar o problema da prática do trabalho por menores de 16 anos, o que é proibido por lei (salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos).

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alguns ajustes no texto da justificativa do programa, de forma a torná-lo mais conciso. Houve inclusão da ação Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho. No momento da elaboração do PPA 2004-07 a ação havia sido incorporada ao programa único de transferência de renda. Entretanto, percebeu-se que a bolsa referente a erradicação do trabalho infantil não se enquadra no desenho do programa de transferência de renda, o que conduziu à reinserção da ação. Ajustes foram feitos no título da ação 2060 – Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência e o produto da ação 2688 – Fiscalização para Erradicação do

Trabalho Infantil foi alterado para “crianças e adolescentes com situação regularizada”. Além disso, foi inserida ação referente a serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação da bolsa com a finalidade de garantir maior transparência na aplicação dos recursos. No caso do indicador "Taxa de trabalho infantil", houve alteração da faixa-etária na fórmula de cálculo de "0 a 15" anos para "5 a 16". Tal alteração explica-se pelo fato de que o número de crianças de "0 a 5" anos que trabalham é ínfimo, o que distorceria a fórmula. Assim, a fórmula foi alterada de "Relação percentual entre o número de crianças entre 0 e 15 anos que se encontram em situação de trabalho e o total da população entre 0 e 15 anos" para "Relação percentual entre o número de crianças entre 5 e 16 anos que se encontram em situação de trabalho e o total da população entre 5 e 16 anos"

O programa está vinculado ao desafio de ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos. As diretrizes relacionadas são a de implementação de medidas compensatórias tendo a família como referência e a de garantia dos benefícios respeitando as condicionalidades estabelecidas. O programa visa enfrentar o desafio por meio da eliminação da prática de trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Para tal, destacam-se ações socioeducativas e de convivência, de fiscalização e de concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho.

1066 - Escola Básica Ideal (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Embora o problema ainda não tenha sido resolvido, a proposta de exclusão do programa se baseia no novo modelo de programação do Ministério da Educação. Sendo assim, algumas ações do programa Escola Básica Ideal foram redirecionadas para o programa Desenvolvimento do Ensino Médio e outras foram excluídas.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no plano decorrente da exclusão do programa, uma vez que as ações estão sendo redirecionadas para outro programa.

1075 - Escola Moderna (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

A proposta de exclusão do programa se baseia no novo modelo dos programas do Ministério da Educação, focalizado nos níveis e modalidades de ensino. As ações migraram para os programas Brasil Escolarizado, Desenvolvimento da Educação Especial, Desenvolvimento da Educação Profissional, Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica e Universidade do Século XXI.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no plano decorrente da exclusão do programa, uma vez que as ações estão sendo redirecionadas para outro programa.

1250 - Esporte e Lazer da Cidade

Problema:

Há grande dificuldade de acesso ao esporte e lazer pela população em situação de vulnerabilidade social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. O objetivo do programa foi alterado para melhor atender ao problema identificado, que também foi alterado e aperfeiçoado. Os indicadores e seus índices foram alterados como forma de tentar melhor medir a efetividade do programa. Foram incluídas quatro novas ações como forma de aprimorar a qualidade do programa. De uma maneira geral, as mudanças visaram dar maior visibilidade e transparência a projetos e atividades desenvolvidos pelo programa, possibilitando dinâmica e controle maiores para os mesmos, o que até então não havia sido alcançado em 2003.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1255 - Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural

Problema:

O programa foi excluído pela impossibilidade, no período de quatro anos, de se alocar recursos financeiros suficientes para alterar a realidade sobre o problema levantado, qual seja: “Baixa valorização e divulgação da cultura nacional em sua diversidade”. Contudo, outros programas do governo estão aptos a responder por iniciativas propostas por este programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá prejuízos aos megaobjetivos, uma vez que o que este programa se propôs a realizar será efetivado no âmbito de outros programas. Dessa forma, a ação principal do programa 2494 – Eventos de Criação Nacional e Identidade Cultural - foi absorvida pelo programa 0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob o novo título de “Realização dos Jogos dos Povos Indígenas”, e o funcionamento de núcleos de esporte de criação nacional e identidade cultural será concretizado na ação 2667 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, do programa 1250 - Esporte e Lazer da Cidade.

0696 - Estrangeiros no Brasil

Problema:

Este programa decorre da necessidade do Estado de proteger e policiar suas fronteiras, buscando auxiliar na proteção do território nacional, combatendo a estada e a entrada ilegal no país. Destina-se ainda a auxiliar no combate ao crime internacional, transnacional, tráfico de entorpecentes e armas, terrorismo e trabalho escravo de estrangeiros ilegais. Busca realizar, inclusive, projetos destinados ao controle do fluxo imigratório no País e melhorar os processos operacionais de execução de serviços destinados aos estrangeiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Guardando compatibilidade com as diretrizes do PPA, o programa pode ser percebido como

instrumento executório dos preceitos legais constitucionais, também previstos na Lei 6.815/80 - regulamentada pelo Decreto 86.715/81, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração, nos Tratados bilaterais, multilaterais e nas Convenções firmadas pelo Brasil, afetos ao assunto estrangeiro no país. Foi necessário alterar a finalidade de algumas ações com o objetivo de adequá-las as atividades efetivamente executadas nas mesmas, o que conseqüentemente levou a alterações de outros atributos.

A denominação do título da ação 2728 - Concessão de Nacionalidade, Naturalização e Regularização de Estrangeiros no País, está incorreta, pois não há que se falar em “regularização de estrangeiros” se a legislação de que trata a matéria, veda, expressamente, tal ato. Portanto, levando em consideração a assertiva legal e a necessária adequação às atividades efetivamente envolvidas, a mesma foi alterada para “Coordenação Nacional das Ações de Nacionalidade, Naturalização e Migração” e conseqüentemente, foram revisados os conteúdos da finalidade, da descrição e da implementação.

Quanto à denominação do título da ação 4275 – “Central de Atendimento ao Estrangeiro”, há de se considerar que pelos diversos temas afetos ao Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça não há que se falar apenas em atendimento a estrangeiros, sendo, portanto, alterada o título da referida ação para “Central de Atendimento aos Estrangeiros e Nacionais”. Da mesma forma, também, para manter a coerência da modificação, foram acertados os textos da finalidade, da descrição e da implementação.

Levando em consideração as efetivas atividades que são realizadas, foi alterada a finalidade da ação 0476 – “Apoio à Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados”, trocando “Instalar albergues direcionados ao acolhimento temporário de refugiados”, para “Apoiar projetos de instalação de albergues direcionados ao acolhimento temporário de refugiados e/ou solicitantes de refúgio”. Ressalte-se que o verdadeiro objetivo da ação é o apoio a projetos e não a instalação de albergues. Em função da assertiva o título da ação foi alterado para “Apoio a Projetos de Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados” e o produto alterado de “Albergue Instalado” para “Projeto Apoiado”.

0224 - Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Problema:

A falta de uma administração mais direta impacta negativamente nas condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais, o que o Ministério dos Transportes vem buscando resolver mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura.

8768 - Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

Problema:

Um dos principais problemas que este programa pretende solucionar ao longo do PPA 2004-2007 é a necessidade de renovação e expansão da frota brasileira, cuja idade é muito elevada; isto se dará através do financiamento de embarcações construídas no país para o transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga na navegação interior, bem como de apoio marítimo, portuário e na atividade pesqueira. Com isto, promoverá a geração de emprego e proporcionará mais segurança para o transporte de cargas e passageiros, bem como novas oportunidades de geração de renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de desenvolvimento do transporte marítimo de cabotagem e de longo curso, integrando-o à malha viária nacional.

0460 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Problema:

O Brasil ainda necessita adequar sua capacidade de resposta às demandas da sociedade na área de ciência e tecnologia, tanto no plano interno quanto no externo, visando sua inserção na economia global. Este programa busca ampliar e consolidar a base de pessoal qualificado para a pesquisa, na medida das necessidades do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Dados os esforços governamentais concernentes à formação de novos doutores, incluíram-se três novos indicadores e excluiu-se o indicador referente ao coeficiente de mestres em relação à população: 1) Percentual de bolsistas de doutorado do programa que titularam - evidencia quantos, dos bolsistas de doutorado por ele apoiados, se tornaram efetivamente doutores; 2) Percentual de ex-bolsistas de doutorado do programa cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa - evidencia quantos, dos doutores por ele apoiados, se tornaram efetivamente pesquisadores; 3) Taxa de pesquisadores apoiados pelo programa - evidencia em que medida o programa está contribuindo para o aumento da efetividade dos pesquisadores em atividade no país.

A inclusão de novos indicadores em nada afetará os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, principalmente no que concerne à ampliação, desconcentração regional e fortalecimento das bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1171 - Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados – PNAFE

Problema:

O PNAFE foi implantado em 1997, como medida complementar ao processo de renegociação de dívidas dos estados e municípios, tendo em consideração que o refinanciamento não traria os resultados esperados sem que fossem implementadas ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais para a eliminação das fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro. Sem esforço de melhorar a gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, a situação de inadimplência e desajuste tenderia a se repetir.

O prazo de encerramento do programa estava previsto para 31 de dezembro de 2003. O ritmo de execução do programa, entretanto, foi afetado pelas eleições de 2002 e pela mudança de governo, o que redundou na necessidade de prorrogação do prazo de execução do programa. Por outro lado, estão sendo estudadas ampliações nos projetos, viabilizadas pela maior disponibilidade de reais decorrente do crescimento da taxa de conversão do dólar.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no Plano Plurianual:

Foi alterada a data de término da ação 1149 – Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização Fiscal dos Estados, passando de 12/2004 para 12/2005. Também foram alterados os valores previstos para o período, adequando-os às metas, sem prejuízo da compatibilidade com os desafios e diretrizes estabelecidos no PPA.